

REVISTA

acampamento

TERRA LIVRE

2022



APOINME | ARPINSUL | COIAB
ARPIN SUDESTE | ATY GUASU
COMISSÃO GUARANI YYYRUPA
CONSELHO DO POVO TERENA

acampamento

TERRA LIVRE

REVISTA 2022



APOINME | ARPINSUL | COIAB
ARPIN SUDESTE | ATY GUASU
COMISSÃO GUARANI YVYRUPA
CONSELHO DO POVO TERENA

Índice

Apresentação

18 anos do Acampamento Terra Livre

Linha do tempo dos ATLS

18ª edição: ATL em 2022

Números do ATL

Organizações regionais

Expediente

Apresentação



Apresentação

Em 2022 chegamos ao marco de 18 anos de realização do Acampamento Terra Livre (ATL). Desses, foram dois anos de realização virtual, em razão da pandemia da Covid-19, na qual perdemos muitos dos nossos. No entanto, seguimos com as forças da ancestralidade, nos reerguendo e conseguimos voltar às ações presenciais com o tema: “Retomando o Brasil: Demarcar Territórios e Aldear a Política”, ocupando a capital federal de 4 a 14 de abril.

Estamos em um ano eleitoral e para iniciar nossa jornada de lutas, declaramos o último ano do governo Genocida. Nosso “Abril Indígena” foi marcado por ações simbólicas que mostraram nossa capacidade na luta pela demarcação e aldeamento da política brasileira.

Partimos da luta nos territórios virtuais e locais de atuação política e social, baseados na nossa sabedoria ancestral, no cuidado com o povo e com o território brasileiro para dizer: “a política será território indígena sim!”. Nosso intuito é promover o bem viver, reflorestar mentes e aldear a política. Uma forma conjunta e democrática de decidir e conduzir futuros.

Estamos enfrentando pautas urgentes que ameaçam nossas vidas e tradições. A demarcação dos nossos territórios segue como bandeira principal, de forma que a defesa pela vida contra a agenda de destruições é nossa prioridade.

Há uma tentativa incessante de aplicação de projetos de morte contra nossos territórios e vidas. Uma das propostas centrais do atual governo federal é a abertura das Terras Indígenas para exploração em grande escala de mineração, hidrelétricas e grandes projetos de infraestrutura. O Projeto de Lei 191/2020 é um dos principais instrumentos dessa política de destruição, o qual tem sido apresentado como prioridade legislativa do governo federal desde o seu início. Ainda que siga em processo legislativo para eventual regulamentação, já é possível sentir os impactos danosos da mineração sobre os territórios indígenas. Observamos a contaminação de nossos rios e a devastação de nossas florestas e de comunidades inteiras

que, quando não foram destruídas ou levadas pela lama tóxica do vazamento de barragens de resíduos minerais, ficaram sem acesso à água.

A agenda anti-indígena do governo segue constantemente em ação, como o projeto de lei 490/2007, que insiste no fim das demarcações, na revisão de terras indígenas e, não obstante, busca legalizar crimes em nossos Territórios. Além dos projetos na agenda de prioridade do Congresso Nacional, como: o PL 6.299/2002 - Agrotóxicos, o PL 2.633/2020 e o PL 510/2021 - Grilagem e o PL 3.729/2004 - Licenciamento ambiental.

Alertamos também sobre o julgamento do marco temporal que será retomado no Supremo Tribunal Federal (STF) ainda no primeiro semestre de 2022. Trata-se de um dos mais importantes julgamentos da história, o qual definirá o rumo das demarcações das Terras Indígenas.

Nos propomos e conseguimos: o Abril Indígena foi o mês das grandes mobilizações populares do movimento indígena! Ocupamos a capital do Brasil para reivindicar nossos direitos garantidos na Constituição de 1988.

**Nossa luta é pela terra, pela vida,
pelos nossos bens naturais e pela
soberania do povo brasileiro!**

O Acampamento Terra Livre (ATL), a maior Assembleia dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil, acontece desde 2004, por regra todo mês abril e em Brasília - DF, e excepcionalmente em outro mês e outra unidade da Federação, a depender da análise conjuntura nacional e da situação dos direitos indígenas e das deliberações dos dirigentes e das organizações de base do movimento indígena. Dessa forma, em 2009 foi realizado no mês de maio e em 2010, em Campo Grande / MS e em 2012 no Rio de Janeiro por ocasião da Cúpula dos Povos durante a Rio+20.

O primeiro ATL surge a partir de uma ocupação realizada por povos indígenas do sul do país, na frente do Ministério da Justiça, na Esplanada dos Ministérios, e logo aderida por lideranças e organizações indígenas de outras regiões do país, principalmente das áreas de abrangência da Coordenação das organizações indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab) e da Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste e Minas Gerais (Apoinme).

A mobilização foi em reação e protesto contra a falta de sinais de por onde iria a Nova Política Indigenista pactuada no período eleitoral com o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, e materializada no Caderno Povos Indígenas do Programa Lula Presidente, e que dentre outras demandas priorizava a Demarcação do passivo de terras indígenas; a criação do Conselho Superior de Política Indigenista; conter as invasões dos territórios e o aumento da violência contra os povos indígenas; e, assegurar a participação dos povos na discussão das políticas que lhes dizem respeito. Os acampados ocuparam o salão verde do Congresso Nacional e reivindicaram a retomada de diálogo e negociações com o Governo Lula.

Assim o ATL inaugurou um marco histórico para o Movimento Indígena, consolidando as estruturas para a contínua mobilização nacional dos Povos Indígenas do Brasil, possibilitando formalmente a criação da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) em novembro de 2005, deliberação política tomada pelo Acampamento Terra Livre desse ano.

Essas lutas continuadas, até hoje, possibilitaram significativas conquistas como a criação do Conselho Nacional da Política Indigenista (CNPI), da

Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI), da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas (PNGATI) e da participação de representantes dos povos indígenas em instâncias ou colegiados que tratavam assuntos de seu interesse, relacionados com a promoção e efetivação dos seus direitos fundamentais. Conquistas essas atacadas, restringidas ou suprimidas pelo atual governo de Jair Bolsonaro.

As informações dos ATIs organizadas abaixo foram retiradas dos resultados escritos do posicionamento e reivindicações dos povos, fruto das discussões em plenárias, e apresentam análises críticas sobre a situação da política indigenista, situação dos órgãos, instituições e políticas públicas, responsáveis pela implementação da política indigenista.

Os textos aqui reproduzidos são adaptações dos posicionamentos retirados dos documentos finais de cada acampamento, e estão focadas principalmente no seu direito originário às terras que tradicionalmente ocupam, no seu direito à diferença, por tanto a políticas diferenciadas, e no direito à autodeterminação e exercício de sua autonomia, assegurados pela Carta Magna, pelo fim do indigenismo tutelar, autoritário e integracionista.

Os documentos finais de cada um dos ATIs apresentam a leitura política do movimento sobre os governos Lula, Dilma, Temer e Bolsonaro, se posicionam sobre o processo de desmonte das políticas e estruturas indigenistas do Estado, e registram reiteradamente as suas demandas e reivindicações históricas. É possível consultar os documentos finais de cada ATI no site : apiboficial.org/historicoati

Linha do Tempo

(2004 a 2021)



2004

O primeiro Acampamento Terra Livre

Brasília, DF

Abril de 2004

150 participantes

No ano de 2004, por ocasião do “Dia do Índio”, lideranças indígenas das distintas regiões do país iniciaram uma série de protestos em Brasília contra a política indigenista vigente na época, dando origem ao Acampamento Terra Livre e às articulações do movimento indigenista e indígena em prol dos Direitos Indígenas, materializadas no Fórum de Defesa dos Direitos Indígenas (FDDI) e na Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib). A tão almejada nova Política Indigenista à época havia ficado no papel e o tratamento dado aos direitos indígenas teve a marca da indiferença e do desrespeito, quando não de retrocesso. Aumentaram os atos de violência, o assassinato de lideranças, a paralisação na regularização das Terras Indígenas, a situação de caos no atendimento à saúde indígena, a falta de implementação da educação escolar indígena diferenciada, e a não consolidação de Programas de proteção, gestão e sustentabilidade das terras indígenas. Diante dessa situação, teve início uma nova era para o Movimento Indígena Brasileiro.

2005

O ano da demarcação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol

Brasília, DF

Abril de 2005

150 participantes

Em 2005, após histórica mobilização indígena, um decreto assinado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva homologou a Portaria nº 534, do Ministério da Justiça, que demarcou a área de hectares como Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima. O movimento indígena acolheu a vitória mas não desviou a crítica da maneira como a política indígena estava ou não sendo implementada no país, apontando o tratamento vacilante da FUNAI e do Ministério da Justiça na garantia dos direitos territoriais indígenas, resultando em obstruções aos procedimentos de regularização de terras indígenas e na lentidão no cumprimento dos direitos dos Povos. Apontam também os gargalos e fragilidades encontradas na implementação da política de educação, saúde, e participação e controle social indígena. Mostram também preocupação quanto ao grande volume de proposições legislativas que tramitavam no Congresso Nacional contra os direitos indígenas assegurados na Constituição Federal, especialmente os territoriais (destaques: PEC 38/99; PEC 03/04; PLS 188/04); e desde já entendiam que os direitos indígenas não devem ser tratados isoladamente, mas de forma articulada dentro do Estatuto dos Povos Indígenas.

2006

A demarcação de terras indígenas como direito

Brasília, DF

Abril de 2006

200 participantes

A demarcação das terras indígenas está no centro do debate sobre a efetivação dos direitos indígenas. Em 2006, a demarcação vinha sendo gerida como benefício e não como direito, sendo objeto de manipulações técnico/administrativas e barganhas políticas. As pressões políticas de setores anti indígenas continuam se sobrepondo aos direitos territoriais indígenas, na época com destaque nos Estados de Santa Catarina, Mato Grosso, Bahia e Mato Grosso do Sul. Além disso, a desintrusão das terras indígenas não acontecem, permitindo - há muito tempo - o agravamento das ameaças, intimidações e atos de violência contra os povos indígenas, como na TI Raposa Serra do Sol e Caramuru-Paraguassu do povo Pataxó Hã-Hã-Hãe. Constataram uma piora acentuada, de 2005 para 2006, no atendimento à saúde dos povos indígenas e rechaçaram a tendência de municipalização da gestão da saúde indígena visando o uso político-eleitoral da estrutura da Funasa que gerava a então situação de descaso. Na questão da educação, o movimento continua exigindo do MEC a convocação de uma Conferência Nacional de Educação Indígena e a ampliação dos convênios com as Universidades Públicas Federais e estaduais nas regiões e não só com a Universidade de Brasília. Vale também mencionar que, mesmo que atendido em parte o pedido do movimento indígena, ao criar a Comissão Nacional de Política Indigenista (CNPI) já manifestavam sua preocupação com relação às reais condições que serão oferecidas pelo Ministério da Justiça para sua instalação no prazo estabelecido no Decreto e seu pleno funcionamento operacional, garantindo a periodicidade estabelecida bem como a participação efetiva dos representantes dos povos indígenas e suas organizações e das entidades de apoio.

2007

A precariedade da saúde e da educação escolar indígena

Brasília, DF

Abril de 2007

400 participantes

Mais uma vez, em 2007, o movimento denuncia a extrema morosidade e até paralisia na demarcação das Terras indígenas, que estimulam as invasões e a dilapidação das riquezas naturais nelas existentes, acirrando conflitos pela posse da terra e atos de violência contra as comunidades.

O atendimento à saúde indígena caracterizou-se pelo caos e atendimento precário, em decorrência do fato da Fundação Nacional de Saúde (FUNASA) não ter se estruturado para cumprir devidamente a sua função, situação que piorou pelo processo de partidarização dos cargos no órgão e o fortalecimento da tendência de municipalizar o atendimento, bem como pela falta de apoio ao controle social exercido pelas comunidades. A implementação da Educação Escolar Indígena Diferenciada nas comunidades até então não atendeu às diretrizes e condições estabelecidas pela legislação específica, ficando condicionada à vontade de estados e municípios, que mostram pouco ou nenhum interesse em que esta demanda dos nossos povos seja devidamente atendida.

Já neste ano, o movimento indígena chamava atenção para os setores anti-indígenas que vinham se articulando no Congresso Nacional para tentar reverter os direitos dos nossos povos garantidos pela Constituição Federal e denunciar o comportamento do Governo Brasileiro, desde então, não tem mostrado vontade e interesse em apoiar a tramitação e aprovação do Estatuto dos Povos Indígenas, em consonância com os interesses e aspirações dos nossos povos.

2008

As ameaças configuradas a partir do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)

Brasília, DF

Abril de 2008

500 participantes

Além da exigência da demarcação e regularização de todas as terras indígenas, garantindo a sua devida desintração e proteção, para conter as invasões que ameaçam a integridade física e cultural dos nossos povos, os povos indígenas destacaram a urgente necessidade da garantia da integridade das terras Guarani, particularmente do Morro dos Cavalos, e dos povos Kaingang, Guarani, Xetá e Xokleng, também no sul do país assim como a urgente conclusão da desintração da Terra Indígena Raposa Serra do Sol e da Terra Indígena Marãiwatsédé, do povo Xavante em Mato Grosso.

Em 2008, a não demarcação de terras vem acompanhada de uma série de ameaças configuradas a partir do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), dos projetos de infraestrutura como usinas siderúrgicas, grandes empreendimentos industriais e comerciais e a Transposição das águas do Rio São Francisco que atinge cerca de 26 territórios indígenas da região nordeste, as Usinas do Rio Madeira, do Estreito e Belo Monte, na região norte, o Complexo Hidrelétrico do Rio Tibagi, que atinge várias terras indígenas no sul do país e as pequenas e grandes hidrelétricas nos Rios Juruena e Kuluene, no Mato Grosso, que afetarão mais de 20 comunidades indígenas.

Só em 2007 foram assassinados 92 líderes indígenas, e por isso o movimento indígena continua reivindicando a adoção de medidas urgentes para conter o processo de violência e criminalização a que estão sendo submetidos os nossos povos, organizações e lideranças, muitas das quais são presas de forma arbitrária ou assassinadas a mando de fazendeiros e outros invasores das terras indígenas. Demandam a reformulação urgente da política

de saúde voltada aos povos indígenas, garantindo o fim da dizimação em curso que vitima os povos indígenas, como no Mato Grosso do Sul e Vale do Javari, onde são registrados altos índices de doenças endêmicas e epidêmicas como a dengue, desnutrição, malária, tuberculose e hepatite; assim como uma série de exigências voltadas para a implementação efetiva da Saúde Indígena. No campo da Educação, reivindicam a implementação de uma política de educação escolar indígena de qualidade, específica e diferenciada, que garanta condições para o ensino fundamental e médio completo nas nossas aldeias, e o acesso dos jovens indígenas ao ensino superior, considerando os nossos reais interesses e aspirações, em áreas como a saúde, direito e educação. O Estatuto dos Povos Indígenas é mais uma vez mencionado, sendo reivindicado do Governo comprometimento na tramitação e aprovação do Estatuto, mantendo coerência com o acordado na Comissão Nacional de Política Indigenista, no sentido de garantir a participação plena dos povos e organizações indígenas na discussão do mérito do Projeto correspondente, impedindo que temas contemplados no Substitutivo aos PLs 2057/91, 2160/91 e 2169/92 e seus apensos sejam tratados em leis específicas, como se pretende em relação ao Projeto de Lei nº 1.610, de 1996, cujo inteiro teor foi extraído do Capítulo sobre pesquisa e lavra de minérios em terras indígenas, já aprovado pelo Senado Federal e ora submetido à apreciação de uma Comissão Especial na Câmara dos Deputados.

2009

“Nossos povos jamais aceitarão permanecer expulsos de seus territórios tradicionais nem ser confinados a terras diminutas.”

Brasília, DF

Maio de 2009

800 participantes

Já no segundo mandato do Governo Lula, os povos indígenas continuaram a realizar suas reivindicações e críticas em relação à situação da efetivação de seus direitos constitucionais, principalmente no que concerne à demarcação de seus territórios originários. “Nossos povos jamais aceitarão permanecer expulsos de seus territórios tradicionais nem ser confinados a terras diminutas.” Em 2009 exigiam do Governo Lula que não cedesse às pressões e à voracidade de setores e representantes do coronelismo, agronegócio e remanescentes da ditadura, que em nome do desenvolvimento, e até da democracia e do povo brasileiro, declaram publicamente, de forma aberta ou camuflada, que os povos indígenas são uma ameaça para o país, seu desenvolvimento e unidade política e territorial. O movimento indígena se coloca contra a decisão do Governo de implantar a qualquer custo grandes projetos que poderão impactar as nossas terras e a nossa sobrevivência física e cultural, sem sequer se preocupar em nos consultar, conforme garante a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), assim como a flexibilização da legislação ambiental e as artimanhas que possibilitam a liberação de licenciamentos e a consequente execução de obras como Pequenas Centrais Hidrelétricas e de projetos como a Transposição do Rio São Francisco.

2010

Os graves conflitos enfrentados pelo Povo Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul

Campo Grande, MS

Abril de 2010

800 participantes

No último ano do Governo Lula, o ATL foi realizado pela primeira vez fora de Brasília. A escolha da sede em Campo Grande tinha conexão com os graves conflitos enfrentados pelo Povo Guarani Kaiowá no Mato Grosso do Sul, que, naquela época, concentrava grande parte dos conflitos fundiários registrados no Brasil, segundo estudo anual do Conselho Indigenista Missionário - Cimi. O documento final refletiu esta situação, com demandas de ação estatal para pôr fim aos conflitos nos territoriais. O fim do governo também levou o ATL a demandar que Lula assinasse o decreto de criação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial de Terras Indígenas. A crítica ao Programa de Aceleração do Crescimento e o impacto das grandes obras nele inclusas sobre Terras Indígenas mereceram um capítulo à parte no documento final do ATL: "Somos contra e rejeitamos rotundamente a construção de empreendimentos previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1 e PAC 2), tais como: hidrelétricas, rodovias, ferrovias, hidrovias, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), portos, aeroportos, monocultura, redes elétricas, torres, serrarias, entre outros, com impactos socioambientais irreversíveis sobre as nossas terras". Também ganharam destaque as críticas à reestruturação da FUNAI, proposta no final de 2009 pelo Governo Federal sem a devida consulta aos Povos Indígenas.

2011

Terras: Demarcação e Destruição

Brasília, DF

Abril de 2011

1000 participantes

No primeiro ano do Governo de Dilma Rousseff, o ATL produziu um documento final que demandava ao novo governo uma postura de diálogo com os movimentos indígenas, especialmente à luz da Convenção 169 da OIT, para evitar o avanço das grandes obras de infraestrutura sobre os territórios indígenas: “não admitimos que o governo “enfie goela abaixo” empreendimentos do Projeto de Aceleração do Crescimento (PAC) que ameaçam a continuidade e segurança física, psíquica e cultural dos nossos povos e comunidades”. Lembremos que o PAC era comandado por Dilma como ministra da Casa Civil de Lula e agora seguiria como o maior programa de investimento em infraestrutura da história. O tema da criminalização de lideranças indígenas também aparece com destaque, à luz das informações do Ministério da Justiça de que “pelo menos 748 indígenas estão presos, sendo que muitos são lideranças e outras por luta são perseguidos, submetidos a atos de violência, processos judiciais e com ordem de prisão decretada”. O tom crítico ao Governo segue quando o tema é a FUNAI. A reestruturação da instituição e a paralisação das demarcações de Terras Indígenas levou o ATL a demandar “uma Funai que deixe de atender aos interesses econômicos e do latifúndio, e que pare de ser órgão licenciador de obras que rasgam nossas terras (...), uma Funai com recursos suficientes para retirar os invasores de nossos territórios e, ao mesmo tempo, ter condições de concluir os procedimentos demarcatórios de nossas terras”. Finalmente, em 2011 o movimento indígena já alertava para os riscos socioambientais de alterações no Código Florestal, já em debate no Congresso Nacional.

2012

Repúdios

Rio de Janeiro, RJ

Abril de 2012

1500 participantes

Em 2012, por ocasião da Cúpula dos Povos, realizada no Rio de Janeiro, o ATL foi organizado na mesma cidade. Neste ano, o documento final do acampamento traz duas perspectivas centrais, os Repúdios e as Propostas do movimento indígena. Em acordo com as discussões na Cúpula dos Povos, repudiam as causas estruturais e as falsas soluções para as crises que se abatem sobre nosso planeta, inclusive a impunidade, violência, prisão e assassinatos de lideranças indígenas, repudiam também os empreendimentos em territórios indígenas, a ação de instituições financeiras, os contratos de REDD e créditos de carbono, e as falsas soluções ambientais que procuram mercantilizar a natureza. Se posicionam também contra a diminuição dos territórios indígenas, todas as iniciativas legislativas que visem submeter os direitos indígenas à grande capital.

No campo das propostas, clamam pela proteção dos direitos territoriais indígenas, reivindicam o fim da impunidade dos assassinos e perseguidores das lideranças indígenas, o fim da repressão e criminalização das lideranças indígenas, como dos parentes que se manifestam contra a construção de Belo Monte. Exigimos a garantia do direito à consulta e consentimento livre, prévio e informado, de cada povo indígena, em respeito à Convenção 169 da OIT. Clamam pelo monitoramento transparente e independente das bacias hidrográficas e pelo reconhecimento e fortalecimento do papel dos indígenas na proteção dos biomas. A implementação das políticas de saúde e a educação indígena são, mais uma vez, reivindicadas, de modo que respeite a diversidade de cada povo e cultura, com tratamento específico e diferenciado a cada língua, costumes e tradições.

“Não são as falsas soluções propostas pelos governos e pela chamada economia verde que irão saldar as dívidas dos Estados para com os nossos povos.

Reiteramos nosso compromisso pela unidade dos povos indígenas como demonstrado em nossa aliança desde nossas comunidades, povos, organizações, o conclave indígena e outros.”

2013

Objetivos do ataque aos direitos territoriais indígenas

Brasília, DF

Abril de 2013

2000 participantes

Os povos indígenas reunidos no ATL 2013 fizeram importante análise sobre o cenário de ameaças aos direitos e territórios indígenas e reconheceram os objetivos do ataque e ofensiva: Inviabilizar e impedir o reconhecimento e a demarcação das terras indígenas que continuam usurpadas, na posse de não índios; Reabrir e rever procedimentos de demarcação de terras indígenas já finalizados e Invadir, explorar e mercantilizar as terras demarcadas, que estão na posse e sendo preservadas pelos nossos povos. Para atingir os objetivos de ocupar e explorar os territórios indígenas, os poderes econômicos e políticos aliados com setores do governo e da base parlamentar recorrem a instrumentos político-administrativos, jurídicos, judiciais e legislativos, conforme identificamos abaixo. Os instrumentos são, em sua maioria, projetos de lei, propostas de emendas constitucionais, portarias, decretos e outros caminhos legais de institucionalizar a violação aos direitos indígenas, em pauta naquele ano.

Diante deste grave quadro de violações aos direitos, principalmente territoriais, declaram de uma só voz que repudiam toda essa série de instrumentos político-administrativos, judiciais, jurídicos e legislativos, que busca destruir e acabar com os nossos direitos conquistados com muita luta e sacrifícios há 25 anos, pelos caciques e lideranças dos nossos povos, durante o período da constituinte. Em continuidade a luta, não irão admitir retrocessos na garantia de seus direitos.

“Reafirmamos, por tudo isso, a nossa determinação de fortalecer as nossas lutas, continuarmos vigilantes e dispostos a partir para o enfrentamento político, arriscando inclusive as nossas vidas, em defesa dos nossos territórios e da mãe natureza e pelo bem das nossas atuais e futuras gerações.

Chamamos, por fim, aos nossos parentes, povos e organizações, e aliados de todas as partes para que juntos evitemos que a extinção programada dos nossos povos aconteça.”

2014

Carta pública aos candidatos e candidatas à presidência da república

Brasília, DF

Abril de 2014

2000 participantes

Em ano de eleição presidencial, o movimento indígena redige a “Carta pública aos candidatos e candidatas à presidência da república”, onde dispõe as reivindicações do povos para os presidentiáveis. Exigem a demarcação de todas as terras indígenas, a proteção, fiscalização e desintrusão das terras indígenas, a inviabilização de todas as iniciativas anti indígenas que buscam reverter ou suprimir os direitos constitucionais dos povos indígenas no Congresso Nacional. Exigem o comprometimento do candidato em impulsionar uma agenda positiva que alavanque a efetivação do texto constitucional, por meio da tramitação e aprovação da lei infraconstitucional - o Novo Estatuto dos Povos Indígenas - que deverá nortear todas as políticas e ações da política indigenista do Estado, a aprovação, ainda, do Projeto de Lei e efetivação do Conselho Nacional de Política Indigenista, instância deliberativa, normativa e articuladora de todas essas políticas e ações atualmente dispersas nos distintos órgãos de Governo e a aplicação da Convenção 169 em todos os assuntos de interesse dos povos indígenas, tanto no âmbito do Executivo como no Legislativo, assegurando o direito ao consentimento livre, prévio e informado.

Demandam também a implementação efetiva do Subsistema de Saúde Indígena para superar o atual quadro de caos e abandono em que estão as comunidades indígenas e a garantia de acesso de todos os indígenas à educação de qualidade, específica e diferenciada, de forma continuada e permanente, nas aldeias, na terra indígena ou próxima da mesma, conforme a necessidade de cada povo. Além disso, buscam a garantia, no âmbito do

Ministério da Cultura, a participação de indígenas no Conselho Nacional de incentivo à cultura e a criação de uma instância específica, com equipe técnica e orçamento próprio, para atender as demandas da diversidade e promoção das culturas indígenas e o compromisso com o fim da criminalização, o assassinato e a prisão arbitrária de lideranças indígenas que lutam pela defesa dos direitos territoriais de seus povos e comunidades. Por fim, demandam a disponibilização, por parte do Ministério do Planejamento e Gestão Orçamentária dos recursos públicos necessários para a implementação efetiva destas políticas e ações voltadas aos nossos povos e comunidades, de tal forma que os planos e metas estabelecidas sejam alcançadas.

2015

A ameaça apresentada pela PEC 215

Brasília, DF

Abril de 2015

2500 participantes

Carta à Presidente Dilma

Prezada Presidente:

Nós, cerca de 150 lideranças de distintos povos indígenas de todas as regiões do Brasil, reunidos em Brasília - DF, por ocasião do Seminário de Formação, preparatório da I Conferência Nacional de Política Indigenista, a ser realizada nesta capital no mês de novembro do corrente, profundamente preocupados pela crescente e grave violação sistemática dos nossos direitos, principalmente territoriais, verificada em distintos âmbitos do Estado e da sociedade brasileira, vimos por meio da presente manifestar à vossa excelência o nosso entendimento sobre essa situação e algumas das nossas principais reivindicações para serem atendidas pelo seu governo.

No contexto e no espírito dos objetivos da Conferência presentes no Decreto de Convocação assinado pela Vossa Excelência, que propõem avaliar a relação do Estado com os povos indígenas, reafirmar os paradigmas constitucionais e definir as diretrizes de uma nova política indigenista, manifestamos:

Não admitimos que seu governo continue com a decisão política de paralisar os procedimentos administrativos de demarcação das terras indígenas. Por isso reivindicamos que a Senhora Presidente assine os decretos de homologação das mais de 20 terras indígenas que estão sobre sua mesa uma vez que estas estão sem qualquer impedimento judicial e/ou administrativo para o ato. Da mesma forma, reivindicamos que o ministro da justiça publique as portarias declaratórias que estão na mesma situação, e que a Fundação Nacional do Índio (Funai) também publique os Relatórios

Circunstanciados de terras concluídos e até hoje engavetados. Em fim, queremos que seu governo dê continuidade à demarcação de todas as terras indígenas do Brasil, muitas das quais estão até hoje sem nenhum procedimento demarcatório instituído, ao invés de tentar modificar os procedimentos demarcatórios e publicar sucessivos instrumentos como a Portaria 60/2015, que pretende agilizar e encurtar os prazos para licenciamentos ambientais que impactarão os nossos territórios, em detrimento da nossa autonomia e flagrante desrespeito à legislação nacional e internacional de proteção e promoção dos nossos direitos, principalmente a Constituição Federal e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho.

Pedimos que seu governo, ao invés de se dobrar aos interesses do capital, endossando iniciativas legislativas que atropelam e buscam suprimir os nossos direitos, como o PL 7735/2014, que regulamenta o acesso ao patrimônio genético e aos conhecimentos tradicionais, adote postura de defesa irrestrita dos nossos direitos inviabilizando a aprovação de Projetos de Lei e Propostas de Emenda Constitucional como o PL 1.610/96, da mineração em terras indígenas, e a PEC 215/2000 que transfere ao Congresso Nacional a prerrogativa constitucional, atualmente do Executivo, de demarcar as terras indígenas, titular as terras dos quilombolas e criar unidades de conservação.

Da mesma forma queremos que o governo trabalhe junto ao Poder Judiciário, principalmente a Suprema Corte, para impedir que decisões parciais de anulação de portarias declaratórias e decretos de homologação se consolidem, considerando como marco de ocupação tradicional o 5 de outubro de 1988. Tal interpretação, se confirmada, irá restringir os direitos territoriais de muitos outros povos, aumentando decisões contra procedimentos de demarcação de terras e o clima de conflitos e violências contra os nossos povos.

Reivindicamos, por fim, que o governo da Vossa Excelência, efetive na presidência da Fundação Nacional do Índio - Funai, o Dr. Flávio Chiarelli Vicente de Azevedo, para acabar com longos anos de sucessivos interinos,

impossibilitados de exercer plenamente a sua função, em prejuízo do eficaz e satisfatório desenvolvimento do papel institucional do órgão indigenista.

Para terminar, informamos que os nossos povos, representados por pelo menos 1.500 lideranças, estarão mobilizados em Brasília, no período de 13 a 16 de abril próximo, realizando o nosso XI Acampamento Terra Livre. Na ocasião, esperamos não receber de seu governo promessas, mas sim respostas concretas às nossas reivindicações aqui apresentadas e a outras tantas que ao longo desta década temos reiterado.

2016

Não admitiremos nenhum retrocesso nos nossos direitos

Brasília, DF

Abril de 2016

2500 participantes

Diante do cenário de golpe no contexto nacional brasileiro, os povos indígenas em 2016 destinaram a “Carta pública ao governo interino de Michel Temer: não admitiremos nenhum retrocesso nos nossos direitos”, expressando veementemente seu repúdio contra todos os ataques, ameaças e retrocessos tomados, anunciados ou indicados após a posse do presidente interino Michel Temer. Rechaçam a determinação do então governo interino de regredir ou suprimir direitos conquistados, que atingem diversas áreas da nossa vida: na saúde e educação diferenciadas, na alimentação e moradia, entre outros. Reconhecem que o Governo Dilma promoveu nos últimos meses uma série de medidas que garantem o direito aos territórios indígenas, como a publicação dos Relatórios Circunstanciados de Identificação e Delimitação de 12 Terras Indígenas, a publicação de Portarias Declaratórias de 14 terras indígenas e a assinatura de Decretos de Homologação de oito terras indígenas. No entanto, a APIB entende que o Governo Dilma cumpriu, mesmo que timidamente, apenas o mandato constitucional de demarcar as terras indígenas, ato administrativo de reconhecimento formal de direito originário. Governo nenhum cria terra indígena, reconhece apenas. Portanto, os povos indígenas jamais admitirão que o atual Governo interino revogue essas medidas. Do contrário, estará cometendo ato inconstitucional, uma vez que a Constituição Federal de 1988 alçou os direitos indígenas ao patamar de direitos fundamentais, portanto, cláusulas pétreas, que requerem blindagem constitucional. Rever ou regredir direito originário é e será sempre ato inconstitucional.

“Reafirmamos que a terra para nós significa Vida. E como já reconheceu o Supremo Tribunal Federal, “a questão da terra” representa o aspecto

fundamental dos direitos e das prerrogativas constitucionais a nós assegurados e que sem acesso a ela, somos expostos “ao risco gravíssimo” da desintegração cultural, da perda da nossa identidade étnica, da dissolução de nossos vínculos históricos, sociais e antropológicos e da erosão da nossa própria percepção e consciência como povo. (Ver. Supremo Tribunal Federal. 1.ª Turma. Recurso Extraordinário n.º 183.188/MS. Relator: Ministro Celso de Mello. DJ 14.02.1997).”

“Reiteramos, por fim, a determinação dos nossos povos e organizações indígenas de jamais desistir da defesa de seus direitos constitucionalmente garantidos, não admitindo retrocessos de nenhum tipo.”

2017

Contra o racismo institucional e a criminalização das lideranças

Brasília, DF

Abril de 2017

3000 participantes

No ano seguinte ao golpe de Estado que assolou a democracia Brasileira, o Acampamento Terra Livre denunciou os impactos que os Povos Indígenas já sofriam como consequência da ruptura democrática. O documento final começa com uma dura crítica aos Poderes da República, que se aliaram com interesses econômicos nacionais e internacionais para avançar contra os Territórios e os direitos indígenas. As críticas passam pelas decisões de Michel Temer como presidente da República, que visavam a “desmantelar todas as políticas públicas voltadas a atender de forma diferenciada nossos povos, como o subsistema de saúde indígena, a educação escolar indígena e a identificação, demarcação, gestão e proteção das terras indígenas”. O sucateamento da Funai e as ameaças legislativas, que se agravavam sob o Governo Temer, são também foco de denúncia, com uma série de medidas anti-indígenas em pleno avanço no Congresso Nacional, respondendo aos interesses privados imediatistas e contrários ao interesse público, como o agronegócio, a mineração, as empreiteiras, setores industriais e outros oligopólios nacionais e internacionais. Anunciava-se, desde 2017, o agravamento da situação dos Povos Indígenas do Brasil, caracterizada pelo ATL como uma “grave onda de ataques aos nossos direitos o aumento exponencial do racismo institucional e a criminalização promovidos em todo o País contra nossas lideranças, organizações, comunidades e entidades parceiras”.

2018

O desmonte deliberado do Estado brasileiro provocado pela Emenda Constitucional 95

Brasília, DF

Abril de 2018

3500 participantes

O direito originário dos povos indígenas sobre suas terras, assegurado como cláusula pétrea pelo Artigo 231 da Constituição, vinha, desde então, sendo sistematicamente violado pelos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, não apenas com a completa paralisação das demarcações das terras indígenas, mas também mediante a revisão e a anulação dos processos de reconhecimento dos nossos direitos territoriais.

“Ao negociar nossos direitos com bancadas parlamentares anti-indígenas, especialmente a ruralista, o governo ilegítimo de Michel Temer publicou o Parecer AGU n° 001/2017, que, de forma inconstitucional e contrária à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), tenta impor a tese do marco temporal, uma das mais graves violações contra os nossos povos. Sua condenável utilização tem servido para o retardamento dos já morosos processos de demarcação e, em determinados casos, para a anulação de demarcações já efetivadas e consolidadas. A tese desconsidera o histórico de expropriação territorial e de violência a que muitos dos nossos povos foram submetidos, durante séculos, inclusive na ditadura militar, como denuncia o relatório da Comissão Nacional da Verdade.”

No âmbito do Poder Judiciário, tramitavam milhares de ações propostas pelos nossos inimigos, estimuladas nos últimos tempos pela tese do marco temporal, e que tem o objetivo de suprimir o nosso direito territorial sem que possamos exercer o direito de acesso à justiça para a defesa dos nossos direitos. Não bastasse isso, denunciaram o fisiologismo entre o governo federal e o Congresso Nacional e o desmonte deliberado do Estado

brasileiro provocado pela Emenda Constitucional 95, que congelava o orçamento por 20 anos, e a absoluta falta de implementação da PNGATI nos territórios, a extinção do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e da Assistência Técnica Rural (Ater Indígena). É esse contexto de hegemonia dos ruralistas e outros inimigos dos povos indígenas, em todos os poderes do Estado, que provoca o acirramento sem precedentes da violência contra os nossos povos e a criminalização das nossas lideranças que estão na frente das lutas de defesa dos nossos direitos, situação agravada pelo desmonte das instituições que têm o dever constitucional de proteger e promover os direitos indígenas.

Diante desse quadro sombrio de extermínio dos nossos direitos, as cerca de 3.500 lideranças indígenas, representantes dos mais de 305 povos indígenas de todas as regiões do país, reunidos no Acampamento Terra Livre 2018, fizeram suas exigências às instâncias de poder do Estado.

2019

A resistência Vs “Nem um centímetro a mais para terras indígenas”

Brasília, DF

Abril de 2019

4000 participantes

No primeiro ano de Governo Bolsonaro, o décimo quinto Acampamento Terra Livre reflete sobre as perdas institucionais imediatamente impostas aos Povos Indígenas. A demanda pela demarcação das Terras Indígenas aparece em primeiro lugar, diante do discurso de Bolsonaro, que se comprovou na prática, de que não demarcaria mais um centímetro de terras indígenas. As denúncias dão conta que as invasões às Terras Indígenas avançam a passos largos, com aumento da violência e práticas criminosas contra aldeias em todo o país. A decisão do Governo Federal de editar a MP 870.2019, transferindo para o Ministério da Agricultura a competência para demarcar terras indígenas é alvo de críticas no documento final, assim como os já sensíveis desmontes às políticas indigenistas, principalmente observadas na FUNAI e na SESAI, e a interrupção do funcionamento de políticas e espaços de participação indígena, como o Conselho Nacional de Política Indigenista O ATL pede ainda a revogação do Parecer 001.2017 da AGU, que determinava uma série de regras prejudiciais à demarcação de Terras Indígenas, e que já produzia efeitos na paralização nos processos de demarcação. A demanda pela interrupção das iniciativas anti-Indígenas que correm no Congresso Nacional figura como ponto central - essa demanda se tornará reiterada nos anos que seguem, já que o Legislativo se tornaria, especialmente a partir de 2019, um dos campos de batalha central contra os direitos indígenas. Ainda aparece como demanda, o que se verá nos anos seguintes, tendo em vista que a questão não se resolveu até os dias atuais, o pedido ao STF para que julgue inaplicável a tese do Marco Temporal.

2020

O primeiro ATL online

Online

Abril de 2020

1.500.000 pessoas alcançadas pelas redes APIB

No ano em que a pandemia de Covid19 atingiu o mundo, o movimento indígena do Brasil se viu obrigado a deixar as ruas. A urgência da situação que se abatia contra seus territórios e suas vidas, no entanto, era tamanha, que a solução encontrada para levar a público as denúncias contra o Governo Bolsonaro e seus efeitos diretos nas vidas indígenas foi realizar o ATL virtualmente. A atividade converteu-se no maior evento online do ano, com mais de XXX pessoas participando das plenárias. No documento final, um dos temas centrais foi a demanda por atendimento emergencial para impedir que a pandemia de Covid19 avançasse ainda mais nos Territórios Indígenas, além de outras necessidades decorrentes da necessidade de isolamento social, como garantias de segurança alimentar e de renda. As denúncias contra as invasões e ameaças aos territórios, decorrentes do discurso de ódio reiterado do presidente Bolsonaro se mantiveram em destaque, assim como os alertas do papel anti-indígena que a FUNAI vinha cumprindo desde 2018. Também entra na lista de demandas o pedido para que o STF negue a tese do Marco Temporal, em discussão em Recursos Especial com status de repercussão geral.

2021

***Nossa luta ainda é pela vida.
Não é apenas um vírus!***

Online

Abril de 2021

5.714.243 pessoas alcançadas pelas redes APIB

Com o país ainda enfrentando a pandemia de Covid19, o ATL 2021 foi realizado virtualmente, e teve como motes centrais a denúncia dos desmandos do Governo Bolsonaro e a luta pela vida dos Povos Indígenas, afetada por diversos vírus: além da Covid, o vírus da ganância sobre seus territórios, do racismo institucional entre tantos outros. No segundo semestre, a urgência da situação dos Povos Indígenas levou mais de 6 mil pessoas a ocupar novamente Brasília, para a Luta Pela Vida, manifestação que durou mais de 20 dias, conectando-se com a Segunda Marcha das Mulheres Indígenas. As ameaças legislativas contra os direitos indígenas e o julgamento pelo STF do Marco Temporal também foram eixos da mobilização e dos protestos indígenas na capital federal.

18° Edição O ATL em 2022





Foto: Matheus Alves

Atividades

Com o tema ***Retomando o Brasil: Demarcar Territórios e Aldear a Política***, o evento reuniu indígenas de todo o país entre os dias 4 e 14 de abril de 2022. A mobilização se deu no mesmo período em que o Congresso Nacional e o governo federal pautaram a votação de projetos que violam os direitos dos povos originários, como o Projeto de Lei 191/2020, que abre as terras indígenas para a mineração.

Ao longo dos dez dias, os povos originários trouxeram tradições, cantos e palavras de ordem para denunciar a política anti-indígena do atual governo, que atenta, desde o começo do mandato - em 2019 -, contra as vidas e os territórios dos indígenas de todo o país.

Após dois anos de pandemia da Covid-19, a mobilização ocupou a capital federal. O ATL 2022 foi instalado no espaço do "Centro Ibero-americano de Culturas", antigo complexo da Fundação Nacional de Artes (Funarte), localizado no Eixo Monumental, em Brasília (DF).

A seguir estão listadas as atividades da agenda realizada no 18º ATL:



Foto: Matheus Alves

4 de abril de 2022

Povos indígenas dão início ao 18º Acampamento Terra Livre, em Brasília

“Depois de dois anos de Acampamento Terra Livre online, pelas telas, voltamos a ocupar Brasília, a Esplanada dos Ministérios, e voltamos presencialmente a pintar Brasília de urucum e jenipapo. Trazemos a forma da diversidade dos povos indígenas do Brasil, trazemos essa resistência, que é secular da luta indígena, que traz ainda como principal bandeira a demarcação das terras indígenas”

Sônia Guajajara -

Coordenadora Executiva da Articulação dos Povos Indígenas no Brasil (APIB).

Na manhã do dia 04 de abril, durante [coletiva de imprensa](#), foram reafirmados os temas que seriam discutidos no ATL: temas como demarcação dos territórios tradicionais, projetos de lei em trâmite no Congresso Nacional, o Recurso Extraordinário com Repercussão Geral aos territórios indígenas, além do debate “Aldear a Política: nós pelas que nos antecederam, nós por nós e nós pelas que virão”, que pretendia fortalecer indígenas mulheres para as Eleições 2022.

Na noite do mesmo dia, foi realizada a abertura oficial do ATL 2022: acolhida das delegações, recepção e falas de boas-vindas ao Acampamento. O momento foi marcado por cantos, rituais e falas de lideranças indígenas de todo o país.

“Essa batalha vem com muita força para destituir, de vez, a bancada ruralista, os representantes do garimpo, da mineração e da indústria madeireira. Já mostramos que estamos preparados. Não lutamos somente em defesa dos nossos direitos, da biodiversidade, não lutamos apenas para proteger a Mãe-Terra. Nós somos os verdadeiros guardiões da democracia desse país. Lutamos por um país onde tenha igualdade, por um Congresso Nacional com a cara da diversidade do Brasil. Não podemos mais permitir que [os parlamentares] fiquem aprovando todos os dias medidas anti-indígenas, contra os direitos humanos”.

Sônia Guajajara





Foto: Angelo Terena (Mídia Terena)

“Vamos dar um basta no massacre que esse governo e os parlamentares anti-indígenas estão cometendo. Nós, guerreiros e guerreiras, quando formos às urnas, não devemos mais eleger esses políticos corruptos. Vai ter muita pauta ao longo desses dez dias sobre saúde, educação e sobre o combate à violência. Mas o nosso foco principal é a demarcação dos nossos territórios. Por isso, ‘Demarcação, já!’”.

Elizeu Lopes Guarani Kaiowá.

“Esse é um momento [eleições] super importante para nós, porque é nesse momento que cada um e cada uma de nós somos iguais às autoridades desse país. Durante esses dez dias [de Acampamento], teremos a oportunidade de sair fortalecidos, porque está em nossas mãos a construção do amanhã que queremos. Eu sempre digo por onde passo: ‘sobre a palma da mão de cada liderança, existe uma missão’. E quando recebemos essa missão, temos a obrigação de construir o futuro das nossas gerações. Está sob a nossa responsabilidade lutar pela saúde de qualidade, pela educação diferenciada e pela demarcação de nossos territórios”.

Lindomar Terena.

“Por que vamos discutir a retomada do Brasil? Porque o Brasil é nosso! Não é de Bolsonaro, da bancada ruralista, da bancada evangélica e nem da bancada da bala. E por que demarcar a política? Porque lá dentro, os que estão lá [no Congresso Nacional e no Poder Executivo] só querem o mal dos povos indígenas, exceto os nossos aliados. Precisamos aldear a política colocando mais indígenas lá dentro para defender nossos direitos, para defender a nossa causa. Vamos demarcar os nossos territórios a custo de qualquer coisa. Eles são nossos! Independente de sua cosmovisão, permaneçam nesse espaço e ajudem a construir essa política indígena. Precisamos mostrar que estamos aqui em Brasília para construir algo concreto para as populações Indígenas do país, e não a passeio”. -

Paulo Tupiniquim

“Hoje está em tramitação no Congresso Nacional o PL 191, da mineração, que autoriza grandes empreendimentos dentro das terras indígenas. Temos também o PL 490, que quer flexibilizar o usufruto exclusivo das terras indígenas e dar abertura para o marco temporal. Mas recorro que, no passado, por volta de 2015, fizemos um grande enfrentamento à PEC [Proposta de Emenda à Constituição] 215 [que transfere do Executivo para o Legislativo a palavra final sobre a demarcação de terras indígenas] e derrubamos à época. Mas isso só foi possível porque estamos ocupando um espaço de formação política, de luta e de resistência”,

Dinamam Tuxá



Foto: Matheus Alves

5 de abril de 2022

Alerta Congresso: ATL 2022 lança carta aberta contra o PL 191, da frente parlamentar das organizações indígenas

No segundo dia do ATL foi lançada a [Carta Aberta contra o Projeto de Lei \(PL\) 191/2020](#), com a participação da Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Direitos dos Povos Indígenas. O projeto pretende abrir as terras indígenas para a exploração da mineração, hidrelétricas e grandes projetos de infraestrutura.

A mobilização alertou que esse projeto de lei se trata de “abrir a porteira para a boiada passar”. O governo atual quer promover a especulação imobiliária sobre os territórios indígenas, incentivar a invasão do agronegócio com seus agrotóxicos e transgênicos e a derrubada das matas para criação

de gado. Sob a falsa justificativa de extrair potássio para a fabricação de fertilizantes químicos e usando a guerra na Ucrânia como desculpa, o governo Bolsonaro e sua base governista tentam aprovar o PL 191 em regime de urgência.

“Mais uma mentira do genocida. Estamos aqui para resistir, nós não estamos a sós. Além da encantaria, dos nossos ancestrais, nós temos guerreiras e guerreiros no Congresso para combater esse pacote de destruição”.

Weibe Tapeba

Estudo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) já mostrou que apenas 11% das jazidas de potássio situadas na Amazônia brasileira se sobrepõem a terras indígenas. Além disso, segundo o mesmo estudo, dois terços das reservas de minério no Brasil se encontram nos estados de Sergipe, São Paulo e Minas Gerais; e as reservas existentes hoje são capazes de abastecer o nosso País até 2100. Esses dados derrubam o argumento mentiroso, disseminado pelo governo federal, de que é preciso “abrir” os territórios indígenas para a exploração.

A carta também denunciou a tentativa de flexibilizar a lei ambiental e premiar grileiros com a regularização das terras invadidas por eles. São inúmeros projetos de lei e decretos que, juntos, formam o pacote da destruição. Por isso, a luta dos povos originários é na rua e também dentro do Congresso Nacional.



Foto: Alass Derivas (APIB)

6 de abril de 2022

Advogados indígenas lutam para colocar Bolsonaro como réu na corte internacional e indígena no Supremo brasileiro

A mesa Advocacia Indígena reuniu advogados indígenas, diversos representantes do poder judiciário e da sociedade civil para demarcar a centralidade dos embates nas instâncias da justiça brasileira para garantir os direitos indígenas. O debate foi aberto por representantes do povo Pataxó da Bahia, os primeiros a sofrerem com a invasão branca sobre os territórios.

“Nós somos o primeiro povo a ser massacrado pelos brancos, mas estamos vivos. E vamos continuar vivos nos nossos territórios, protegidos por Deus. Porque nós somos a terra, nós somos a água, nós somos o meio ambiente. Pode vir PL, pode vir marco temporal, nós vamos continuar resistindo. Estamos aqui para lutar juntos, somos todos iguais. Awery.”

Cacique Pequi

“Nós precisamos que a sociedade veja esse movimento e saiba que vocês estão aqui para reivindicar os seus direitos. Nós precisamos advogados indígenas no ministério público, dessa força do movimento indígena. E estamos aqui para ouvi-los e levar a voz de vocês adiante”.

Eliana Toreli, do Ministério Público Federal

“Há cinco, dez anos atrás, a gente não via uma cadeira mista da área jurídica. E hoje estamos aqui entre indígenas e apoiadores de vários povos. Espero que essa bancada de advogados em breve esteja ocupando outros cargos como o MP, como juízes e quem sabe até o Supremo. Nós somos vítimas do processo colonizador, mas os povos indígenas do Brasil hoje se qualificam para fazer o enfrentamento em todas essas instituições”.

Dinamam Tuxá, advogado e coordenador executivo da APIB

“O ATL é um exemplo de luta e organização para o Brasil. Se todos os coletivos se organizassem como os indígenas, nós não teríamos Bolsonaro no poder. Na internet não temos política, temos uma estratégia individualista de promoção do ódio. Não estamos aqui para lutar com ódio, mas com nossos direitos e as grandes decisões do supremo nos últimos quatro anos foram favoráveis aos povos indígenas. Por isso vocês já são vitoriosos”.

Débora Duprát.

“Muitas ações foram feitas e por melhor que fossem suas defesas, nunca nenhum de nós [não indígenas] conseguiria fazer como hoje é feito por um advogado indígena. Jamais conseguiríamos o mesmo efeito. [...] é necessário fazer uma ação civil pública estrutural contra a Funai para mexer nas estruturas defasada da instituição, que teve uma redução drástica no orçamento, principalmente na área da demarcação”.

Felício Pontes, Procurador Regional da República



Foto: Edgar Kanayko (APIB)

Indígenas de todo o país marcham em defesa da demarcação dos territórios, em Brasília

Também no dia 06 de abril a força dos povos indígenas tomou conta das ruas da capital federal, com faixas e cantos, povos de todas as regiões do país, marcharam em defesa da demarcação dos territórios e contra a agenda anti-indígena do governo brasileiro. O destino final da marcha foi o Congresso Nacional, onde tramitam projetos que violam os direitos dos povos originários, como o Projeto de Lei 191/2020, que dá abertura para a exploração das terras desses povos, e o PL 490/2007, que inviabiliza, na prática, a demarcação de terras indígenas. Durante a mobilização, lideranças se pronunciaram em cima de um carro de som e reforçaram a importância de estarem em Brasília, para lutar pela causa indígena.

“Estamos estudando para buscar nosso direito, o que é nosso. Temos que lutar. Os nossos parentes confiam e colocam a gente na frente para lutarmos ao lado deles, para voltarmos para as nossas terras. Não vamos desistir. Vamos lutar com força, não somos minoria, somos muitos. Vamos lutar até o fim, enquanto estivermos vivos”.

Samuel Gavião

“Esse ato de hoje é muito importante para mostrar à sociedade brasileira que as pessoas não conseguirão viver sem a demarcação dos nossos territórios, porque, se o território não for demarcado, um projeto de morte será implementado. Morte não só para nós [povos indígenas], mas para todos os brasileiros, para todo o planeta. A demarcação do nosso território significa a preservação do meio ambiente, significa preservar e diminuir o desgaste da camada de ozônio”.

Aginaldo Francisco, coordenador do Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da Bahia (Mupoiba), e liderança Pataxó Hã-Hã-Hãe,.





Foto: Pure Juma (COIAB)

7 de abril de 2022

“Não estamos sós”: lideranças indígenas no ATL 2022 se unem pelos povos isolados de recente contato

No quarto dia de acampamento, foi realizada a mesa de debate com o tema “Pelos vidas dos povos indígenas isolados e de contato recente”. No Brasil existem diversos povos indígenas que escolheram viver longe da “civilização” imposta. São povos que, durante séculos, resistem à colonização e ao processo de violência desde a chegada do invasor branco nas terras brasileiras. Ao escolher se manter em isolamento, buscam ter maior controle sobre as relações que estabelecem com grupos ou pessoas que os rodeiam e continuar vivendo com seus usos e costumes. Porém, nos últimos anos, sob o Governo Bolsonaro, o Estado Brasileiro tem se negado a reconhecer sua existência e a garantir seus direitos.

Beto Marubo, membro da União dos Povos Indígenas do Vale do Javari (Univaja), atribuiu os retrocessos da política de proteção aos indígenas isolados à uma política bolsonarista de genocídio aos povos indígenas, que fez com que a Fundação Nacional do Índio (Funai) se tornasse uma ameaça.

“A Funai que foi criada para proteger e deveria ter uma responsabilidade com esses parentes. Apesar de serem livres, eles estão muito vulneráveis. Sabe o que a Funai está fazendo agora? Está negando [a existência dos] nossos parentes”.

Beto Marubo

Para agravar a situação, ainda hoje há missões religiosas que têm o intuito de colonizar a cultura originária, o que representa uma grande ameaça epidemiológica, que se soma ao desmatamento e à invasão de grupos que praticam a extração ilegal de ouro, minério, madeira e caça para comércio nessas regiões.

“Já foram feitas várias denúncias a nível nacional e internacional acerca da violência sofrida pelos povos isolados e de recente contato em seus territórios. A terra indígena está sendo invadida pelos garimpeiros. Nossos parentes estão com pneumonia. Todos os dias uma criança yanomami morre, as mães choram junto com a floresta. Mais de 25 mil garimpeiros estão dentro de nossas terras, os garimpeiros tomaram os postos de saúde, e o povo indígena está pedindo socorro”

Júnior Hekurari

“Todos os dias passam toneladas de carne de caça em frente à sede da Funai e ninguém faz nada. Eles não estão fazendo nada, dizem que a gente está mentindo, não fazem nada e ainda ameaçam os povos. O Bolsonaro está colocando anti-indígenas para cuidar das aldeias, mas eles só vão lá para passear e vêm embora”.

Alfredo Marubo

“Nós exigimos respeito. Estamos usando essa língua maldita porque fomos forçados, fomos humilhados. Vimos nossas crianças crescendo e morrendo. Hoje o que está acontecendo na Amazônia, nós já sofremos. Por

Isso estamos aqui para dizer que vocês não estão sozinhos. Nós estamos juntos. Esta casa é dos povos originários do Brasil”.

Cacique Júnior Pataxó, do Sul da Bahia

“Em nome da Coiab, da Amazônia, a gente quer externar a gratidão e mandar um recado pro Bolsonaro, que a Amazônia não está sozinha, que a essência desse movimento indígena é que vai vencer, é essa essência do movimento indígena que aqui no acampamento deve permanecer de respeito, de solidariedade e de manifestação de que estamos juntos. E sempre soubemos, meus parentes, que nós nunca estamos sozinhos, porque o Nordeste e a Apolnme estão junto com a Amazônia”.

Angela Kaxuyana



Foto: Mídia Ninja

8 de abril de 2022

Emoção e força: mulheres indígenas compartilham suas vivências e projetam aldear a política

A força das mulheres originárias marcou o quinto dia do Acampamento Terra Livre 2022 (ATL), fazendo quem estava por perto dançar, cantar e se emocionar. Com o tema “Nossas Vozes Ancestrais Retomando o Brasil: Demarcar Territórios e Aldear a Política”, mulheres de todas as regiões do país compartilharam, no palco principal do acampamento, suas vivências, conhecimentos e a ambição de alcançar espaços na política institucional.

“Hoje, nós mulheres, estamos presentes em muitos espaços, de participação, de controle social, nas universidades, mulheres profissionais, mulheres cacicas e mulheres parlamentares. Hoje podemos sim participar e construir um Brasil que caibam todas nós. Somos muitas e diversas. Estamos aqui em nome das que nos antecederam e daquelas que ainda virão”.

Sônia Guajajara

Em seguida, mulheres de todo o país tiveram a oportunidade de representar seus povos e compartilhar os principais obstáculos enfrentados: o machismo e a agenda anti-indígena do Congresso Nacional e do governo brasileiro. Em seus discursos, elas clamaram palavras de força, incentivando as mulheres presentes no Acampamento - entre elas, crianças, jovens e anciãs.

“Repudiamos o governo Bolsonaro genocida. O povo Munduruku diz ‘não’ ao PL 191 e ‘não’ ao marco temporal. Resistimos com toda a força de poder de nossas ancestralidades. Estamos aqui para defender os nossos costumes e direitos. Queremos os nossos territórios, vidas e futuro livres. Não aceitamos devastação, destruição e não aceitamos mais ameaças contra as mulheres indígenas. Não irão matar as nossas vozes, porque somos a resistência de nossos territórios”.

Ediene Munduruku

“Antes de falecer, meu pai havia me falado: ‘não é porque você é mulher que não vai poder lutar pelo seu povo. Você é minha filha mais velha, continue essa luta, porque um dia eu não estarei mais aqui’. E hoje eu estou aqui, dando continuidade a esse legado. Não é fácil para nós, mulheres indígenas. Muitos acham que a gente deve apenas cumprir com tarefas básicas, mas nós vamos muito além. Estamos aqui conquistando os nossos espaços. Hoje estou aqui para somar forças com vocês, precisamos pensar no futuro de nossos filhos e netos. O discurso do agronegócio vem chegando e nos ameaçando. Mas não vamos permitir. Queremos preservar a nossa cultura, a luta das nossas lideranças e dos nossos antepassados que abriram caminhos para que nós pudéssemos estar aqui hoje”.

Samira Xavante

“Com esse pacote de destruição, estamos esquecendo que tem um item mais cruel, que mata mais do que o câncer, mais do que a guerra entre Rússia e Ucrânia. É o machismo. Esse é o pior item e temos que tirá-lo de nossos territórios. Fora machismo! Queremos nossa liberdade. Amém!”.

Luisa Canuto

“Venho denunciar as perseguições que as mulheres sofrem dentro dos territórios indígenas. Os homens não aceitam que a gente alcance outros espaços. Por isso, vamos juntas, somar forças e ecoar o nosso grito”.

Txuluhn Xokleng

“Eu sou do povo Guarani, mas sinto a dor das Kaingang, das Xokleng, de qualquer mulher indígena. Eu, como futura advogada, quero estar lutando por vocês. Nós, mulheres indígenas, não somos contempladas pela Lei Maria da Penha, porque ela foi criada no molde da mulher branca. E aproveito para falar: ‘fora, Bolsonaro!’ e fora todas as lideranças que querem repreender as mulheres indígenas”.

Jane Guarani

Parenta vota em parenta

“Nós pelas que nos antecederam, nós por nós e nós pelas que virão” foi o tema que guiou os debates da tarde do dia 08. Na mesa, foram anunciadas as pré-candidaturas para deputadas federais de Sônia Guajajara, Célia Xakriabá, Juliana Jenipapo Kanindé, Eunice Kerexu, Vanda Ortega, do povo Witoto do Amazonas, Telma Taurepang e Larissa Pankararu. E as pré-candidaturas a deputadas estaduais de Chirley Pankará, co-deputada pela Mandata Ativista, do PSOL em São Paulo; Eliane Xunakalo; Simone Karipuna; Comadre Guerreira Potiguara, da Paraíba; Airy Gavião, do povo Gavião e do povo Tukano, do mandato coletivo indígena do Distrito Federal; Val Eloy, do povo Terena do Mato Grosso do Sul; Geni Guarani, Tereza Arapium, cacica da aldeia Andirá do baixo Tapajós e Joênia Wapichana, a primeira mulher indígena a exercer o cargo de deputada federal no Brasil.

O anúncio das candidatas foi precedido pela bênção do povo Guarani, que se reuniu em canto e reza em torno das mulheres. Em seguida, Sônia Guajajara abriu as falas destacando que a inserção na política institucional não é uma escolha, mas um desafio que a história impôs a elas, porque é preciso participar das decisões deste país.

“Não vamos enfrentar, porque a gente quer, porque a gente está atrás de cargos ou de regalias. Não. É porque nos cansamos de ver nossas crianças sendo sugadas pelas dragas do garimpo ilegal, crianças sendo contaminadas pela lama. A lama que não vale a vida de ninguém. Não queremos mais ver nossas florestas sangrar, os animais serem queimados, o agro-negócio adentrar nos nossos territórios, matando com veneno as crianças que ainda estão no útero da sua mãe, crianças sendo degoladas. Não queremos mais ver nossas mulheres sendo violentadas, assassinadas e o estado não tomar nenhuma providência”.

Sônia Guajajara

“Não é pelo poder, mas para poder fazer. Não é para corromper, mas é para romper amarras. Falam tanto de pátria, mas não existe amor à pátria sem respeitar as mulheres mátria. Acreditamos que é possível legislar não só com a caneta, mas levar a força do jenipapo e do urucum. Não podemos retomar a democracia neste ano da eleição de 2022 se não existir a presença de mulheres indígenas no Congresso Nacional”. Célia também pretende fazer uma unificação da bancada do “Turbante de Cocar”.

Célia Xacriabá

“Os partidos querem somente a nossa causa, mas não querem mulheres indígenas no poder. Não há uma construção dentro dos partidos para que essas mulheres sejam eleitas. Estou aqui, porque não podemos mais aceitar os homens brancos que não sentem nossas dores, que não sentem o que passamos nos nossos territórios, que não defendem nossos territórios”

Vanda Ortega, do povo Witoto

“Não vamos deixar partido nenhum nos dividir. A minha luta vai ser contra aqueles que não nos querem ver vivos. Aqueles que estão há mais de 20, 30 anos para nos destruir. Que fazem PLs [Projeto de Lei], PECs [Proposta de Emenda à Constituição] para nos matar. Hoje os povos indígenas estão atravessando o mar vermelho. Precisamos ter fé, sem a fé não somos nada. Espero que ano que vem a gente faça um novo Acampamento Terra Livre, mas com pessoas compromissadas com o povo, eleitas no Congresso Nacional”.

Telma Taurepang



Foto: Juliana Pesqueira (APIB /Coletivo Proteja)

11 de abril de 2022

“Tire seu preconceito do meu caminho que quero passar com o meu cocar”

“Colorindo a luta em defesa do território”, este foi o tema que orientou os debates da primeira plenária nacional dos indígenas LGBTI+, realizada no dia 11 de abril de 2022. Com intervenções que reuniram cocares e bandeiras do arco-íris, indígenas de todos os biomas do país lançaram um manifesto pelo reconhecimento e respeito aos seus corpos-territórios.

“Esse momento para nós é histórico. Após 18 anos, viemos aqui com a diversidade de nossos corpos-territórios erguer a bandeira colorida, pois o momento se faz necessário. Para que as LGBTIs não sigam morrendo com o preconceito, impregnado no discurso de ódio. Estamos nas aldeias, nos campos, na rua, na cidade e vamos continuar ocupando todos os espaços pois o nosso colorido da resistência está aqui para afirmar que nossa luta é pela VIDA, pelos nossos direitos, basta de racismo, basta de transfobia, basta de violência. Tire seu preconceito do meu caminho que irei passar com o meu cocar”.

Erisvan Guajajara

“O Brasil é o país que mais mata LGBTIs no mundo. A cada 23h uma pessoa trans é assassinada no país. E os casos de suicídio tem aumentado diariamente com a promoção institucional da LGBTfobia, papel que o governo Bolsonaro vem cumprindo. Quando se trata de indígenas nos deparamos com uma situação de dupla vulnerabilidade. [...] É importante ressaltar a nossa vulnerabilidade dentro do contexto universitário, além de ser indígenas, somos LGBTs. E no espaço urbano não recebemos o acolhimento que podemos ter no território. As pautas indígenas LGBTI+ não são as mesmas dos brancos. Também temos questões da hipersexualização, mesmo dentro do contexto universitário, do ensino superior. Por isso precisamos fortalecer nosso canto, nossa identidade, entender que não somos anormais, diferentes dos outros, mas todos somos povos indígenas e precisamos resistir juntos”.

Natan Paracá, do levante indígena da Universidade de São Paulo (USP).



“Nós não falamos somente sobre a diversidade, mas também sobre saúde, educação, território. Não estamos fazendo uma segregação do movimento, mas a gente sabe que ainda existe muito preconceito dentro de vários povos. Acreditamos que são resquícios desse processo de colonização que precisamos combater. Não adianta lutar com a causa indígena e não se importar com a questão LGBTI, a gente também tem o direito de existir”.

Neimar do Coletivo Tibira

“Na minha aldeia mora uma cabocla, eu não sei se é homem ou se ela é mulher, é uma cabocla índia da pele morena, mora na aldeia de Tapinaré.”

Cântico que inspirou o nome do Coletivo Caboclas, cantado por Jêssica de Cratéus

“Nós não somos povos diferentes, nós lutamos pela mesma causa que é nosso território, o que a gente quer é respeito nas bases, nas nossas aldeias. Nós não vamos mais aceitar que passem pano, sofrer violência e deixar isso passar só naquele momento. Que o povo colorido seja respeitado. Não estamos aqui só para aparecer, estamos para dizer basta dessa violência. Se você não aceita, pelo menos respeita. O respeito é a base de tudo, a educação é a base de tudo”.

Arthur Guajajara, Coletivo Tibira

“Não aceitamos o avanço capitalista e mercantilista representados pelo interesse do agronegócio, mineração, madeireiros, grileiros e os mais diversos tipos de especuladores em nossos territórios, explorando nossa biodiversidade, violando o direito de ser e existir de nossa gente. Reafirmamos que sempre estivemos aqui, sempre existimos enquanto indígenas LGBTI+ e lutamos contra essa sociedade que ainda mantém as raízes profundas da colonização”.

trecho do manifesto que destaca o papel do capitalismo na mercantilização dos corpos e no aumento da violência, lido por Yaponã Guajajara e Fred Potiguara.



Foto: Kamikia Kisedje (APIB)

12 de abril de 2022

Campanha Indígena

Durante a agenda **"Campanha Indígena"**, o movimento indígena debateu com pré-candidaturas e representantes de partidos políticos sobre participação indígena na política partidária e também lançou pré-candidaturas de todo o Brasil para o próximo pleito.

"Nós precisamos ocupar a política partidária para ocupar o poder. Por isso, um dos nossos objetivos centrais no ATL é incentivar candidaturas indígenas ao parlamento, seja nas assembleias legislativas estaduais, seja no Congresso Nacional. Chega da política da morte, nós chegamos em Brasília com a política da vida originária."

Kerexu Yxapyry, coordenadora executiva da APIB e pré-candidata a deputada federal por Santa Catarina.

O movimento indígena propôs que os partidos políticos aliados das lutas dos povos assumam um compromisso com as candidaturas dos povos originários, incentivem e legitimem a filiação partidária e apoio institucional a indígenas que lançarem candidaturas. Com isso, durante a programação do nono dia do ATL uma Carta aberta foi entregue ao pré-candidato à presidência da República Luís Inácio Lula da Silva, que estava presente no acampamento.

“Queremos um Brasil que respeite a água, respeite a floresta, respeite a mãe terra. Reconstruir com o povo. É disso que a gente precisa. Chega de destruição, chega de violência, fora garimpo. Aguardamos o senhor lá em Roraima na Raposa serra do sol”.

Joenia Wapichana, deputada federal

O documento fala sobre a importância de interromper os processos de destruição executados pelo Estado brasileiro e apresenta cinco principais eixos que devem ser debatidos, sendo eles: direitos territoriais indígenas; retomada dos espaços de participação e controle social indígenas; reconstrução de políticas e instituições indígenas; interrupção da agenda anti-indígena no congresso federal e agenda ambiental.

Campanha Indígena

- O projeto **Campanha Indígena**, realizado pela APIB em parceria com as organizações regionais desde 2020, pretende ampliar a representação dos povos nas instâncias dos poderes legislativo e executivo em todo o país. Na ocasião, mais de 30 candidaturas indígenas foram lançadas e os dados da Campanha Indígena estarão disponíveis no site.



Foto: André Guajajara (APIB)

Carta aberta ao Lula

Estimado Presidente Lula,

Nós, da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) em conjunto com suas organizações regionais de base, estamos em Brasília, de 4 a 14 de abril de 2022, realizando a 18ª edição do Acampamento Terra Livre (ATL). Esta é a maior mobilização nacional indígena da história do país. Mais de 8 mil indígenas de 200 povos passaram por estes gramados.

Estamos aqui, pois entendemos as urgências que o Brasil e nossos povos vivem nos tempos de hoje. Nossas aldeias são constantemente invadidas, nossas Terras - as porções mais preservadas de todo o Brasil -, são destruídas pelo avanço ilegal da mineração, do garimpo, da grilagem, da indústria madeireira, do agronegócio, e outros empreendimentos como hidrelétricas, portos, estradas, linhas de transmissão, e até pelo tráfico de drogas. E este processo resulta invariavelmente em morte e violência contra nós,

indígenas, de todas as regiões do Brasil. Nossas casas de reza são queimadas, nossas crianças e mulheres violentadas, nossos jovens e defensores são perseguidos e assassinados.

Precisamos interromper esses processos de destruição. Nossa luta é por nossos Povos, sim, mas também pelo futuro de todos e todas as brasileiras e pela humanidade inteira! É hora de construirmos um projeto civilizatório de país e de mundo. Nosso projeto é baseado nos princípios do respeito à democracia, aos direitos humanos, a justiça, ao cuidado com o meio ambiente, defendemos a pluralidade, sem racismo e discriminações de nenhum tipo.

Temos plena dimensão do esforço coletivo necessário para defender a democracia. Também nas instâncias institucionais, temos ocupado todos os espaços possíveis para garantir que nossas reivindicações sejam atendidas. E essa chave de compreensão, de que não é possível que não estejamos nos espaços de tomada de decisão e de execução de políticas públicas, é que nos leva, hoje, a nos posicionar durante o processo de eleições gerais brasileiras.

Lançamos a iniciativa "Campanha Indígena", com a intenção de incentivar e apoiar candidaturas indígenas às Assembleias Legislativas e ao Congresso Nacional. Entendemos que é fundamental aumentarmos a representatividade indígena nas Casas Legislativas, não só porque é nelas que correm as principais ameaças aos nossos direitos fundamentais, assegurados pela Constituição Federal de 1988, mas também porque queremos estabelecer um nível de diálogo institucional com todas as esferas de governo.

Movidos por esta iniciativa, acreditamos que não há espaço para nenhum tipo de neutralidade quando o assunto é a eleição presidencial. O embate que você enfrentará este ano, como representante de uma parcela da sociedade que não se cala diante das desigualdades, é contra a barbárie do capital, o ódio fascista e o racismo estrutural deste sistema. Bolsonaro representa o que há de mais repugnante na política brasileira. Sua permanência no governo é intolerável. O Brasil não pode titubear: é fundamental derrotar Bolsonaro e sua agenda de morte e destruição.

É por isso que, reunidos no Acampamento Terra Livre 2022, a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil e suas organizações regionais: a Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (Apoim); o Conselho do Povo Terena; a Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste (Arpinsudeste); a Articulação dos Povos Indígenas do Sul (Arpinsul); a Grande Assembleia dos Povos Guarani Kaiowá (Aty Guasu); a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab); a Comissão Guarani Yvyrupa; a Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade, e tantas outras organizações indígenas aqui presentes, ANUNCIAM o apoio à sua pré-candidatura como Presidente da República.

Leais à nossa missão de defender os Povos Indígenas, nossas vidas, nossos territórios, nossos direitos, e conscientes do papel fundamental que cumprimos na preservação do meio ambiente, o que beneficia todas as pessoas - indígenas e não-indígenas -, entendemos que o apoio à sua pré-candidatura deve vir acompanhado de um processo intenso de diálogo, elaboração de propostas e de compromissos políticos que resultem em um Programa de Governo coletivo e atento às questões urgentes que enfrentamos atualmente.

Este processo se inicia hoje, com esta Carta-Compromisso, e seguirá pelos próximos meses, e durante o seu mandato, até que em coletivo retomemos e reconstruamos o Brasil. Finalizamos esta declaração enunciando alguns compromissos que entendemos centrais para este diálogo, em defesa dos direitos fundamentais dos nossos povos que vêm sendo sistematicamente violados.

EIXO 1 - DIREITOS TERRITORIAIS INDÍGENAS - DEMARCAÇÃO E PROTEÇÃO AOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS JÁ!

- Comprometimento político e garantia de recursos suficientes para a identificação, delimitação, declaração, demarcação e homologação imediata de todas as Terras Indígenas, até o final de 2026;

- Elaboração de Plano factível para imediata desintrusão de todas as terras indígenas, invadidas por fazendeiros, grileiros, madeireiros, garimpeiros e outros invasores;
- Constituição de uma Força Tarefa Interministerial para criar Planos Permanentes de Proteção das Terras Indígenas bem como assegurar recursos e condições necessários para a sua manutenção e a participação direta das comunidades indígenas.
- Fortalecimento da política especial de proteção e de não contato aos povos indígenas isolados e de recente contato, com respeito à política do não contato e estabelecimento de portarias de Restrição de uso para suas terras de no mínimo 1 ano, com avaliação de renovação antes de seu vencimento.

EIXO 2 - RETOMADA DOS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL INDÍGENAS

- Dar cumprimento a obrigação de consultar os povos indígenas quando medidas administrativas e legislativas impactem seus territórios e direitos, respeitando seus protocolos autônomos de consulta e consentimento, em conformidade com a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT);
- Reativar todos os dispositivos de participação social, extintos ou reduzidos pelo Governo Bolsonaro, tais como: Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI); Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA); Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), Conselho Nacional de Saúde (CNS), Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH) assegurando ampla participação da sociedade civil; e ainda propomos o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Subsistema de Saúde Indígena (SESAI/SUS), bem como implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas (PNGTI).

EIXO 3 - RECONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS E INSTITUIÇÕES INDÍGENAS

- Reestruturar as instituições responsáveis pela implementação das políticas públicas voltadas aos nossos povos, em especial, a FUNAI e a SESAI, garantindo autonomia, rigor técnico, servidores públicos e dotação orçamentária condizente com as necessidades das ações necessárias à promoção dos direitos indígenas, com respeito à diversidade de povos, gêneros, e gerações;
- Criar mecanismos específicos de proteção a indígenas defensores de direitos humanos, com recursos financeiros e estrutura administrativa condizente
- Promover a assistência integral à saúde indígena e à educação bilíngue respeitando as especificidades culturais e sociais dos povos indígenas.

EIXO 4 - INTERRUPTÃO DA AGENDA ANTI-INDÍGENA NO CONGRESSO FEDERAL

- Impedir o avanço de medidas legislativas que atentam contra os direitos territoriais indígenas como:
 - PL 490/2007 - Marco Temporal
 - PL 191/2020 - Mineração em Terras Indígenas
 - PL 6299/2002 - PL do Veneno
 - PL 2633/2020 e PL 510/2021 (Grilagem de Terras)
 - PL 3729/2004 (Agora no senado como PL nº 2159/2021) | Licenciamento ambiental
 - PDL 177/2021 (Denúncia da convenção 169 da OIT)

EIXO 5 - AGENDA AMBIENTAL

- Propor medidas legislativas e administrativas que estabeleçam mecanismos de rastreabilidade de produtos, em respeito à devida diligência, para garantir que não sejam resultantes de conflitos territoriais, explorações ilegais de Tis, e áreas ilegalmente degradadas;
- Retomar os compromissos e ambições ambientais assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris e em outros acordos internacionais do clima e meio ambiente;
- Reestruturar o ICMBio e o IBAMA, garantindo autonomia funcional, rigor técnico, servidores públicos e orçamento adequado para que cumpram suas missões institucionais de defesa dos biomas brasileiros;
- Reconhecer a contribuição dos Povos Indígena, Quilombolas e Comunidades Tradicionais na preservação da biodiversidade brasileira, criando mecanismos de reconhecimento pelo serviço ambiental prestado e incentivando iniciativas indígenas, como as brigadas indígenas anti-incêndio.
- Certos de seu compromisso com o Brasil; certos de sua ética e caráter forjados na esteira da linha de produção metalúrgica; certos da sua capacidade de governar este país para todos os povos que o ergueram sobre o derramamento de sangue e suor, firmamos aqui este compromisso mútuo de retomar a direção da nossa democracia e demarcar a trilha que nos levará à pátria dos trabalhadores e trabalhadoras, à nação pluriétnica do BEM VIVER.

13 de abril de 2022

Educação escolar indígena

A plenária que aconteceu na manhã do décimo dia do acampamento teve como pautas: "O sistema Nacional de Educação e a Educação Escolar Indígena" e "A Lei de Cotas na Educação e o Programa Bolsa Permanência".

Um dos idealizadores do ATL, Gersem Baniwa, disse que naquela época não havia organizações indígenas em funcionamento no país. Também lembrou que em 1991, a educação escolar indígena foi retirada da Fundae e foi passada para o MEC, secretarias estaduais e municipais de educação. "Nesses anos todos talvez seja a política indigenista que mais avançou no Brasil".

"Hoje temos praticamente 300 mil alunos na educação básica. 30 anos atrás era menos de 100 mil. Alcançamos mais de 100 mil indígenas na universidade. Onde estão esses 100 mil? Eles precisam aparecer mais e atuar nas suas bases. Também muitas políticas foram construídas. Formação de professores indígenas. Temos mais de 60% dos professores que atuam nas escolas indígenas com formação superior. Muitos materiais são construídos pelos próprios professores e alunos. Outras políticas, como bolsa permanência, saberes indígenas. Há muito trabalho resultado de muita luta dos indígenas. É importante ressaltar as conquistas também. Quando a gente luta, a gente conquista."

Gersem Baniwa





Foto: Matheus Alves

14 de abril de 2022

Luta pela vida

No dia 14 de abril ocorreu o encerramento do 18º Acampamento Terra Livre. A plenária de encerramento reuniu, além da coordenação executiva da APIB, representantes religiosos que compõem a aliança inter-religiosa pela proteção do meio ambiente e populações tradicionais.

A plenária de encerramento reiterou a necessidade de se posicionar e fazer um grito pela vida, pela defesa da terra, pela atenção e defesa dos direitos dos povos indígenas.

“amar o próximo como a ti mesmo significa amar a Terra como a ti mesmo”.

Padre Marcus Barbosa (CNBB).

“A luta indígena também é lutada pelos quilombolas. Isso aqui não é o final. É o começo, o meio e o final. Sem nós do campo a cidade não come. Sem nós a cidade não tem ar para respirar. Os rios nascem aqui, portanto,

a cidade deve acompanhar a luta pela terra, pela demarcação, preservação, e pela construção da agricultura familiar”.

Biko Rodrigues (CONAQ)

Para a finalização da plenária, Sônia Guajajara foi chamada ao palco para conduzir os agradecimentos e ler a Carta Final do Acampamento Terra Livre. Em nome da APIB, agradeceu fortemente ao MST pela produção de comida e a CentCoop pelo manejo do lixo. O tema central deste ATL foi demarcar territórios, rios, florestas, biodiversidade e direitos, mas também aldear a política como instrumento para defender a vida.

“Não recuamos, depois de séculos de exploração, abuso e traição, nos mantemos aqui, de pé e firmes. Resistimos a todo o período colonial, aos regimes ditatoriais, ao fascismo que está aí. E dessa vez, a aposta é ocupar pela porta da frente, pela criação da Bancada do Cocar. O acampamento não está partidariado, somos um movimento livre e independente. Mas se são os partidos que estão decidindo sobre nossa vida, nossa terra e nossos direitos, é lá que devemos estar ocupando.”

Sônia Guajajara

Ainda finalizando a plenária reafirmou a aliança com os partidos comprometidos com a causa indígena e a luta pelos territórios e pela democracia: “A política deve ter a cara da diversidade desse país: com jovens, pequenos agricultores, indígenas, negros, LGBTQIA+. [...] Nosso Acampamento estará de pé em 2023, com uma bancada indígena eleita. Aldear, quilombolizar e territorializar a política brasileira”.

Sônia deu então início a leitura do documento final, que está disponível a seguir.

Documento final ATL 2022

Nós somos mais de 8 mil lideranças de 200 povos indígenas, que viemos de todas as regiões do Brasil para nos reunir no 18º Acampamento Terra Livre - ATL. Respondemos ao chamado de nossa mais elevada instância de representação nacional - a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e de suas organizações regionais. Viemos a Brasília para colorir a capital federal de urucum e jenipapo, com as múltiplas cores de nossos cocares e para demonstrar ao país e ao mundo que, assim como aprendemos com nossos ancestrais, seguimos e seguiremos juntos, resistindo contra os distintos projetos de extermínio que as elites, donos ou representantes do capital e seus sucessivos governantes e aliados no Poder Legislativo têm articulado contra nós ao longo desses 522 anos.

Como nos tempos da invasão colonial, enfrentamos um declarado plano de morte, etnocídio, ecocídio e genocídio, nunca visto nos últimos 34 anos de Democracia no nosso país. Bolsonaro, desde sua campanha eleitoral e já no primeiro dia de seu mandato, proferiu discursos racistas e de ódio contra os Povos Indígenas, elegendo-nos como inimigos preferenciais e promovendo o desmonte do Estado, principalmente das instituições, políticas e programas que conquistamos ao longo das últimas três décadas, voltadas a atender nossas necessidades, interesses e aspirações, em linha com os direitos que nos assegura a Constituição Federal de 1988.

Além de defender a nossa integração à chamada sociedade civilizada e uma propagandeada cultura nacional, visando a dissolver as nossas diversas identidades socioculturais, Bolsonaro incentivou invasões aos nossos territórios e a violência contra nossos parentes. O atual presidente trabalha ainda para legalizar a atuação das organizações criminosas que agem nos territórios: garimpeiros, madeireiras, pecuaristas, milicianos e grileiros.

Bolsonaro, além de desmontar o Estado, para justificar a privatização do patrimônio público, ainda persiste na implementação do seu pacote

de destruição e morte, com a implantação, em nossos territórios e seus entornos, de empreendimentos devastadores como a mineração, hidrelétricas, portos, estradas, linhas de transmissão e produção de monocultivos com o uso ostensivo de veneno.. No Congresso Nacional, Bolsonaro e sua base de sustentação, majoritariamente ruralista e evangélica, defendem uma série de iniciativas legislativas que visam a materializar o seu projeto de morte. Entre estas iniciativas, destacam-se o Projeto de Lei 490/2007, do Marco Temporal; PL 191/2020, da Mineração em Terras Indígenas; PL 6299/2002, pacote do Veneno; PL 2633/2020 e PL 510/2021, da grilagem de Terras públicas; PL 3729/2004 (agora PL 2159/2021, sob análise do Senado) do Licenciamento ambiental; PL 2699, do Estatuto do desarmamento e porte de armas.

Precisamos interromper esses processos de destruição e morte. Nossa luta é por nossos Povos, sim, mas também pelo futuro de todos e todas as brasileiras e pela humanidade inteira! Lutamos por um projeto civilizatório de país e de mundo. Um projeto baseado nos princípios do respeito à democracia, aos direitos humanos, à justiça, ao cuidado com o meio ambiente e com a Mãe Natureza; um projeto que respeite a diversidade étnica e cultural do país do qual fazemos parte, com mais de 305 povos diferentes e 284 línguas indígenas, sem racismo, preconceitos e discriminações de nenhum tipo.

Nesse processo de retomada do país, implodido pelo governo Bolsonaro, e de construção do Brasil que queremos, estamos dispostos e prontos a contribuir, como o fizemos ao longo desses mais de 500 anos. Queremos ser protagonistas dos nossos planos de vida, exercer a nossa autonomia em nossos territórios e o nosso direito de participação na formulação, monitoramento e avaliação das políticas públicas que nos dizem respeito. Consideramos também fundamental aumentarmos a nossa representatividade nas Casas Legislativas, não só porque é nelas que correm as principais ameaças aos nossos direitos fundamentais, assegurados pela Constituição Federal de 1988, mas também porque queremos estabelecer um nível de diálogo institucional em condições de igualdade com todas as esferas de governo e do Estado brasileiro.

Assim, conjugado com as lutas nos nossos territórios, as mobilizações permanentes, junto à sociedade nacional e internacional, e a ocupação dos territórios virtuais, de mãos dadas com movimentos e setores aliados da sociedade, iremos removendo com o tempo e a ação coletiva o atual cenário de barbárie do capital, do ódio fascista e do racismo estrutural deste sistema, males implantados que atingem não só a nós os indígenas mas também a outros setores vulnerabilizados como os quilombolas, comunidades tradicionais, agricultores familiares e pobres, principalmente negros e negras, que vivem nas periferias das cidades brasileiras.

Para isso reafirmamos a nossa determinação de continuar lutando, em memória dos nossos ancestrais e pelo bem viver das atuais e futuras gerações dos nossos povos, pela garantia e proteção dos nossos direitos fundamentais, da nossa identidade e dos nossos territórios e tudo que sustenta as condições para a nossa existência física, cultural e espiritual. Se preciso for, daremos a nossa vida para defender o que conquistamos e preservamos até hoje, após muitas perdas e muito sangue dos que nos antecederam nestas lutas.

Por fim, chamamos a todos os nossos Povos, organizações e lideranças para trabalharmos permanentemente pela unidade nas nossas lutas, respeitando a nossa diversidade, de modos de vida diferentes marcados pelos distintos acontecimentos que as políticas e práticas coloniais e neocoloniais promovidas pelos invasores e que nos impactaram ao longo da nossa história.

Reafirmamos que nossa união é fundamental para avançarmos, juntos, rumo ao nosso projeto de país plurinacional, de paz, justiça, e harmonia com nossa Mãe Natureza. Foi isso que nossos ancestrais compreenderam: não há espaço para a divisão, para o sectarismo, para qualquer tipo de violência entre nós. Esse esforço constante para costurar uma articulação ampla e potente em nível nacional se fortalece! Saímos deste ATL ainda mais unidos, com a certeza de que é esta a nossa maior fortaleza!

Pelo respeito aos nossos ancestrais, aos nossos anciões, às mulheres, crianças e jovens que somaram e continuam a somar em todas as lutas pela defesa da nossa vida, dos nossos territórios, identidade e autonomia,

proclamamos a nossa determinação de continuar vigilantes, conectados política e espiritualmente, sem dar nenhum passo atrás em nossa ampla aliança e no compromisso intransponível de defender os nossos direitos fundamentais.

Por um país realmente democrático, justo, multicultural, que respeite e proteja as nossas vidas e da Mãe Natureza, seguimos em aliança com os trabalhadores do campo e da cidade, em luta permanente.

RETOMANDO O BRASIL: DEMARCAR TERRITÓRIOS E ALDEAR A POLÍTICA

Brasília - DF, 14 de abril de 2022.

Articulação dos Povos e Organizações Indígenas do Brasil - APIB

Pontos para uma plataforma indígena de reconstrução do Brasil

Como parte das elaborações e reivindicações do movimento indígena brasileiro, já apresentadas em diversas ocasiões, aglutinamos a seguir algumas propostas que entendemos ser ponto de partida para a reconstrução do Brasil. Estas propostas foram apresentadas à plenária final do décimo oitavo ATL.

EIXO 1 - DIREITOS TERRITORIAIS INDÍGENAS - DEMARCAÇÃO E PROTEÇÃO AOS TERRITÓRIOS INDÍGENAS JÁ!

- 1- Garantia de recursos suficientes para a identificação, delimitação, declaração, demarcação e homologação imediata de todas as Terras Indígenas,; - Elaboração de Plano factível para imediata desintrusão de todas as terras indígenas, invadidas por fazendeiros, grileiros, madeireiros, garimpeiros e outros invasores;
- 2 - Constituição de uma Força Tarefa Interministerial para criar Planos Permanentes de Proteção das Terras Indígenas bem como assegurar recursos e condições necessários para a sua manutenção e a participação direta das comunidades indígenas.
- 3 - Fortalecimento da política especial de proteção e de não contato aos povos indígenas isolados e de recente contato;

EIXO 2 - RETOMADA DOS ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL INDÍGENAS

1 - Assegurar o exercício do direito de consulta livre, prévia e informada aos povos indígenas em conformidade com a Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT); quando medidas administrativas e legislativas impactem seus territórios e direitos, respeitando os protocolos autônomos de consulta e consentimento elaborado pelos povos e comunidades

2 - Reativação de todos os dispositivos de participação e social, em que os nossos povos tinham representação: Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI); Conselho de Segurança Alimentar (CONSEA); Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA), Conselho Nacional de Saúde (CNS), Conselho Nacional de Direitos Humanos (CNDH)

3 - Fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS) e o Subsistema de Saúde Indígena (SESAI/SUS), bem como implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental e Territorial das Terras Indígenas (PNGTI).

EIXO 3 - RECONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS E INSTITUIÇÕES INDIGENISTAS

1 - Reestruturação das instituições responsáveis pela implementação das políticas públicas voltadas aos nossos povos, em especial, a FUNAI e a SESAI, garantindo autonomia, rigor técnico, servidores públicos e dotação orçamentária condizente com as necessidades das ações necessárias à promoção dos direitos indígenas, com respeito à diversidade de povos, gêneros, e gerações;

2 - Criação de mecanismos específicos de proteção a indígenas defensores de direitos humanos, com recursos financeiros e estrutura administrativa condizente

3 - Garantir a assistência integral à saúde indígena e à educação escolar intercultural e bilíngue respeitando as especificidades culturais e sociais de cada povo indígena

EIXO 4 - INTERRUÇÃO DA AGENDA ANTI-INDÍGENA NO CONGRESSO FEDERAL

1 - Impedir o avanço de medidas legislativas que atentam contra os direitos territoriais indígenas, e com urgência, os PL 490/2007, do Marco Temporal e o PL 191/2020 da Mineração em Terras.

EIXO 5 - AGENDA AMBIENTAL

1 - Propor medidas legislativas e administrativas que estabeleçam mecanismos de rastreabilidade de produtos, em respeito à devida diligência, para garantir que não sejam resultantes de conflitos territoriais, explorações ilegais de Tis, e áreas ilegalmente degradadas;

2 - Retomar os compromissos e ambições ambientais assumidos pelo Brasil no Acordo de Paris e em outros acordos internacionais do clima e meio ambiente;

3 - Reestruturar o ICMBio e o IBAMA, garantindo autonomia funcional, rigor técnico, servidores públicos e orçamento adequado para que cumpram suas missões institucionais de defesa dos biomas brasileiros;

4 - Reconhecer a contribuição dos Povos Indígena, Quilombolas e Comunidades Tradicionais na preservação da biodiversidade brasileira, criando mecanismos de reconhecimento pelo serviço ambiental prestado e incentivando iniciativas indígenas, como as brigadas indígenas anti-incêndio;

5 - Retomar as políticas de preservação de nossas fontes de água doce, reconhecendo o papel dos Povos Indígenas na gestão de grande parte de nossos recursos hídricos.

Números do ATL



Durante os **10 dias** de mobilização:

- **8000 pessoas indígenas** acampadas
- mais de **200 Povos Indígenas** presentes
- **4 atos** realizados para demarcar Brasília e pautar a luta dos movimentos sociais;
- **25 plenárias** com debates e participação de 130 lideranças;
- **208 pessoas** cadastradas para atuar como **comunicadores na cobertura colaborativa**;
- **137 veículos de imprensa** cadastrados;
- **977 matérias** publicadas em **50 países**.

Incidência

Durante os **10 dias** de acampamento também foi fortalecida a incidência política nacional e internacional

Houveram reuniões com **cinco embaixadas**: Noruega, Alemanha, Canadá, Reino Unido, Estados Unidos;

Foram feitas **duas denúncias internacionais**: ONU e Parlamento Europeu;

Duas reuniões em Tribunais Superiores:

- STF: Ministra Carmém Lucia, Ministro Dias Toffoli e Ministro Gilmar Mendes;
- TSE: Ministro Edson Fachin Agenda com 6ª Câmara do Ministério Público Federal.

MST e APIB construíram cozinha para 7 mil indígenas em Brasília

O desafio logístico do 18º ATL também passou pela alimentação, responsabilidade que coube aos guerreiros do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Mais 400 quilos de carne, duas toneladas de arroz e cerca de duas toneladas de feijão foram servidos diariamente na cozinha montada pelo Movimento. Os alimentos foram preparados pelas mãos cuidadosas de 31 homens e mulheres do campo, com a orientação de 3 nutricionistas.

A produção veio das áreas de reforma agrária do Distrito Federal e entorno, como os assentamentos Oziel Alves, Pequeno William, Roseli Nunes e dos estados do Goiás, Rio Grande do Sul e Minas Gerais.



Organizações regionais de base



A Articulação dos Povos Indígenas do Brasil - APIB

foi criada pelo movimento indígena no **Acampamento Terra Livre de 2005**.

O ATL é a nossa mobilização nacional, realizada todo ano, a partir de 2004, para tornar visível a situação dos direitos indígenas e reivindicar do Estado Brasileiro o atendimento das suas demandas e reivindicações.

A Apib é uma instância de referência nacional do movimento indígena no Brasil, criada de baixo pra cima. Ela aglutina nossas organizações regionais indígenas e nasceu com o propósito de fortalecer a união de nossos povos, a articulação entre as diferentes regiões e organizações indígenas do país, além de mobilizar os povos e organizações indígenas contra as ameaças e agressões aos direitos indígenas.





COIAB

A Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) surgiu em 1989, tendo representações nos estados do Acre, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.

A consolidação do movimento indígena organizado e as perspectivas de futuro dos povos indígenas do Brasil se fortaleceram mais a partir da década de 90, tendo a COIAB um papel importante nesse cenário, tanto a nível regional, como nacional. Estima-se que em 1985 havia no Brasil menos de 50 organizações indígenas. Em 1990 esse número dá um salto para aproximadamente 100 organizações, chegando em 2002, somente na Amazônia, identificamos cerca de mais de 300 organizações indígenas (Fonte: PDPI - Projeto Demonstrativo dos Povos Indígenas).

A COIAB trabalha no sentido de unificar as ações do movimento indígena amazônico e nacional, de forma estratégica, buscando incidir nas principais áreas de atuação do movimento indígena, como no direito às terras indígenas, apoiando as demarcações e a ratificação de reservas, denunciando invasões e pressionando a desintrusão pelas autoridades competentes, apoiando os povos e organizações indígenas; na saúde diferenciada e culturalmente sensível aos povos indígenas, com controle social pelos indígenas, incluindo a capacitação e emprego de profissionais de saúde indígenas e o reconhecimento e incorporação dos conhecimentos e práticas tradicionais; a criação de condições para participação plena das mulheres indígenas no movimento indígena, fortalecendo associações de mulheres e proteção de seus meios de vida; o fortalecimento das atividades econômicas que assegurem meios de vida digna através de opções econômicas sustentáveis e de baixo impacto; a análise de ameaças individuais e sistêmicas, desenvolvendo e lutando pela implementação de ferramentas culturalmente apropriadas e metodologias para planejamento ambiental, zoneamento de reservas e capacitação de profissionais indígenas; e a intervenção nas políticas públicas relativas às terras indígenas em todas as esferas de governo e até internacionalmente, participando de grupos de trabalho e outras iniciativas de controle social, reivindicando apoio financeiro para as iniciativas de interesse do movimento indígena e na execução direta das ações nas áreas indígenas.



APOINME

A Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo (APOINME) é uma Organização Indígena não governamental regional sem fins lucrativos, criada em maio de 1990, durante o 1º Encontro de articulação de povos indígenas da região Leste e Nordeste do país, realizado na Terra Indígena do Pataxó Hãhãhãe, em Itabuna, Bahia.

Com mais de 20 anos de existência, atua junto a uma população constituída por mais de 213 mil indígenas, em territórios e comunidades de 10 Estados compreendidos em sua área de abrangência (Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe).

Desde o início das primeiras articulações entre os Povos da região, as mulheres figuraram e participaram ativamente de importantes organizações, como as Comissões de Professoras(es) Indígenas, Conselhos Distritais de Saúde Indígena, etc., como até hoje ocorre. A própria criação da APOINME, foi marcada por relevantes atuações femininas, como a da liderança Maninha Xukuru. A luta dos povos indígenas, intrinsecamente ligada à defesa territorial, é centrada no Ente feminino que a Mãe Terra representa como a grande geradora e garantidora da vida. A ação da APOINME é, pois, historicamente associada ao papel das mulheres indígenas no cenário das lutas por garantia e efetivação de direitos.



Conselho Terena

O Conselho do Povo Terena foi constituído em 2012, e se localiza no estado do Mato Grosso do Sul. Desde a Guerra do Paraguai os povos indígenas do pantanal não se reuniam. Após 177 anos, as lideranças terena se reúnem juntamente com representantes do povo Guarani, Kaiowá e Kinikinau na terra indígena Taunay/Ipegue, na aldeia Imbirussú nos dias 01, 02 e 03 de junho de 2012.

As lideranças da Aldeia Imbirussú, Aldeia Bananal, Aldeia Lagoinha, Aldeia Ipegue, Aldeia Água Branca, Aldeia Colônia Nova, Aldeia Morrinho, Aldeia Limão Verde, Aldeia Buritizinho, Aldeia Cruzeiro, Aldeia Taboquinha, Aldeia Brejão, Aldeia Lalima, Aldeia Argola, Aldeia Passarinho, Aldeia Cachoeirinha, Aldeia Moreira, Aldeia Pilad Rebuá, Aldeia Água Azul, Aldeia Tereré, Aldeia Buriti, Aldeia Olho d'água, Aldeia Mãe terra, Aldeia Urbana Marçal de Souza e Associação dos Moradores indígenas do distrito de Taunay; juntamente com seus anciões, professores, diretores, acadêmicos indígenas, agente de saúde e suas organizações.



Aty Guasu

A Grande Assembléia do povo Guarani (ATY GUASU) é a organização mais antiga do movimento indígena, tendo iniciado sua atuação durante os anos 70, no estado do Mato Grosso do Sul e sendo uma importante força de articulação dos povos Guarani e Kaiowá na recuperação e defesa de suas tradicionais terras indígenas (tekoha). Tônico Benites, em sua tese de doutorado "Rojeroky hina ha roike jevy tekohape (Rezando e lutando): o movimento histórico dos Aty Guasu dos Ava Kaiowa e dos Ava Guarani pela recuperação de seus tekoha", apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS) do Museu Nacional - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), afirma que:

"Na visão dos líderes indígenas Guarani e Kaiowá, o Aty Guasu foi e é vital para a ação e valorização dos saberes e rituais religiosos - jeroky (cantos e rezas para proteção) - pelas uniões das famílias indígenas envolvidas na luta pelos tekoha. Esses conhecimentos e rituais celebrados no Aty Guasu resultam no fortalecimento do modo de ser e viver Guarani e Kaiowa em todos os tekoha em litígio reocupados.

Desde 1970 até os dias de hoje o Aty Guasu passou a atuar para reverter a dominação colonial dos territórios tradicionais e contestar os modos de ser e viver - teko - Guarani e Kaiowá imposto pelos karai (não índios): Estado-Nação/governo, missionários e fazendeiros."

(BENITES, 2014, pg 23)



Comissão Guarani Yvyrupa

Comissão Guarani Yvyrupa (CGY) é uma organização indígena que congrega coletivos do povo guarani das regiões Sul e Sudeste do Brasil na luta pelo território. O ato de fundação da Comissão foi uma grande assembleia, ocorrida em 2006, onde estiveram presentes mais de 300 lideranças políticas e espirituais na Aldeia Peguaoty (no Vale do Ribeira/SP). As atividades oficialmente tiveram início em 29 de março de 2007 em cerimônia realizada junto à 6ª Câmara do Ministério Público Federal em Brasília. Desde então, a CGY vem se apoiando nos modos próprios de organização guarani, onde se escuta os anciões e as lideranças para definição das estratégias de ação política na luta por direitos.

Comissão Guarani Yvyrupa (CGY) é uma organização fundada e gerida pelas lideranças guarani das diversas aldeias de todo Sul e Sudeste do Brasil, com o intuito de articular nacionalmente a luta de nosso povo pela recuperação de parte do território que nos foi usurpado paulatinamente desde a Invasão Européia.

Yvyrupa é a expressão utilizada em guarani para designar a estrutura que sustenta o mundo terrestre, e para nós seu significado evoca o modo como sempre ocupamos o nosso território de maneira livre antes da chegada dos brancos, quando não existiam as fronteiras (municipais, estaduais e federais) que hoje separam nosso povo.



ARPINSUDESTE

A área de abrangência de atuação da Articulação dos Povos Indígenas do Sudeste inclui os estados de São Paulo e Rio de Janeiro. De acordo com o Censo do IBGE de 2010, no Estado de São Paulo, vivem 41.794 indígenas auto-declarados. No estado do Rio de Janeiro, vivem 15.894 indígenas autodeclarados, totalizando 57.688 pessoas. Se for aplicada a taxa de crescimento geral estimado pelo IBGE 2010-2020, de 11%, a população indígena residente nos estados em que a regional atua pode ser de mais de 64 mil pessoas.

Entretanto, uma parte significativa desses indígenas vive em contexto urbano, em condições de invisibilidade e sem muita proximidade com as organizações indígenas ou com o poder público. Nesse sentido, a ArpinSudeste desenvolve uma ação permanente de busca ativa das famílias indígenas que vivem em contexto urbano e que, com a pandemia, estão ainda mais vulnerabilizadas.

Atualmente, a ARPINSUDESTE articula as comunidades dos povos indígenas Terena, Krenak, Kaingang, Tupi-Guarani e os núcleos familiares indígenas que vivem em contexto urbano e que incluem, entre outros povos, os Pankararu, Fulni-ô, Pankararé, Kariri-Xocó, Kaimbé, Wassu-Cocal, Xucuru, Tupi-Guarani e Tariano, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.



ARPINSUL

A Articulação dos Povos Indígenas da Região Sul (Arpin Sul) é uma organização que desde 2006 tem como o intuito desenvolver meios para articular o movimento indígena da região Sul e buscar unir os povos indígenas Kaingang, Xokleng, Xetá e descendentes de Charrua, com o intuito de acumular forças políticas para se contrapor a avalanche de ameaças e agressões dos setores antiindigenistas.

No decorrer deste processo, a Arpin Sul tem atuado junto ao movimento indígena a nível nacional, desde 2006. E atualmente tem desenvolvido diversos trabalhos como, a realização do Prêmio Culturas Indígenas, que em 2012 chega a sua 4ª Edição, a organização dos 33 Pontos de Cultura Indígena da região Sul e Sudeste, o Projeto Direitos Humanos nas Comunidades Indígenas, a atuação permanente no Acampamento Terra Livre (ATL), entre outros trabalhos em defesa das comunidades indígenas.

Neste ano, a Arpin Sul, tem desenvolvido ações que possam dar voz às comunidades em relação às diversas situações anticonstitucionais que tem acontecido nos últimos anos, principalmente sobre os atos federais que ocorreram no primeiro semestre deste ano, como a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/00, na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, que insere as competências exclusivas do Congresso Nacional a aprovação da demarcação de terras indígenas e áreas de conservação ambiental.

Expediente





Coordenadores Executivos da APIB



Coordenadora executiva pela COIAB

Sônia Guajajara



Coordenador executivo pela APOINME

Dinamam Tuxá



Coordenador executivo pelo Conselho Terena

Alberto Terena



Coordenador executivo pela Aty Guasu

Norivaldo Mendes



Coordenadora executiva pela Comissão Guarani Yvyrupa

Eunice Kerexu



Coordenador executivo pela ARPINSUDESTE

Anildo Lulu



Coordenador executivo pela ARPINSUL

Kretã Kaingang

Coordenadores das Organizações Regionais

Coordenadora da COIAB

Nara Baré

Coordenador da APOINME

Paulo Tupiniquim

Coordenador do Conselho Terena

Lindomar Terena

Coordenador da Aty Guasu

Dionísio Gonçalves

Coordenador da Comissão Guarani Yvyrupa

Toninho Guarani

Coordenador da ARPINSUDESTE

Cacique Darã

Coordenador da ARPINSUL

Marciano Rodrigues



FLACSO
BRASIL

Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso Brasil)

Diretora

Salete Sirlei Valesan Camba

Coordenadora do Programa Cidadania, Participação Social e Políticas Públicas

Kathia Dudyk

Equipe

Aline Quintão
Bárbara Nonato
Carolina Albuquerque
Fábio Merladet
Juliana Nascimento
Luciano Ribeiro
Márcia Câmara

Este documento foi organizado conjuntamente pela APIB e Flacso Brasil.

Textos e organização: APIB e Flacso Brasil | Imagens: Acervo APIB



Publicado pela **Articulação dos Povos Indígenas do Brasil**



apiboficial.org



apib.se@apiboficial.org